



RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES

2007

O Economus comemorou três décadas de atividades em 2007 e encerrou o ano com equilíbrio atuarial, como atestam os resultados a seguir.

Os números constantes no Balanço Patrimonial revelam que os critérios adotados estão corretos e que os participantes podem manter a tranquilidade e a confiança na administração dos recursos que garantirão um futuro melhor para si e seus dependentes.

Em razão da economia de recursos, que é parte fundamental da política de trabalho do Economus, este Relatório Anual é uma síntese dos principais resultados obtidos em 2007, contemplando as exigências da legislação, conforme a Resolução no. 13 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar.

Neste Relatório, você poderá analisar o Balanço Consolidado, o Demonstrativo dos Resultados, os Pareceres do Conselho Deliberativo e dos Auditores Independentes e os itens mais relevantes do Parecer Atuarial. A íntegra das Notas Explicativas e outras informações detalhadas estão no site www.economus.com.br. Os participantes que tiverem interesse numa cópia impressa, poderão solicitar ao Departamento de Marketing e Comunicação, pelo e-mail comunique@economus.com.br ou na Central de Relacionamento, telefone (11) 3464-7700.

A Diretoria Executiva e os funcionários do Economus agradecem o apoio, o respeito e a confiança do Patrocinador Banco Nossa Caixa, dos participantes do plano de previdência e dos demais colaboradores, que tornaram possíveis todas as conquistas desta Administração.

Diretoria Executiva

O conjunto das Demonstrações Contábeis é composto de:

BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS FINANCEIROS

NOTAS EXPLICATIVAS

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

ATIVO	2007	2006	PASSIVO	2007	2006
DISPONÍVEL	<u>603</u>	<u>6.120</u>	EXIGÍVEL OPERACIONAL	<u>9.246</u>	<u>10.272</u>
			Programa previdencial	2.497	785
REALIZÁVEL	<u>3.273.591</u>	<u>2.801.465</u>	Programa assistencial	28	6.424
Programa previdencial	5.812	4.933	Programa administrativo	3.369	2.927
Resultado a realizar	427.766	411.607	Programa de investimentos	3.352	136
Programa assistencial	0	871			
Programa administrativo	1.428	2.520	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	<u>21.125</u>	<u>22.366</u>
Programa de investimentos	2.838.585	2.381.534	Programa assistencial	19.990	21.330
Renda fixa	2.380.255	2.085.824	Programa administrativo	1.135	1.036
Renda variável	366.486	216.301			
Investimentos imobiliários	26.117	26.940	EXIGÍVEL ATUARIAL	<u>2.921.104</u>	<u>2.616.861</u>
Operações com participantes	62.538	52.429	PROVISÕES MATEMÁTICAS	<u>2.921.104</u>	<u>2.616.861</u>
Outros Investimentos	3.189	40	Benefícios concedidos	1.338.306	1.164.849
			Benefícios a conceder	1.870.763	1.676.527
PERMANENTE	<u>1.477</u>	<u>1.553</u>	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(287.965)	(224.515)
Imobilizado	1.477	1.553			
			RESERVAS E FUNDOS	<u>324.196</u>	<u>159.639</u>
			EQUILÍBRIO TÉCNICO	0	(92.045)
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(427.766)	(503.652)
			Resultados a Realizar	427.766	411.607
			FUNDOS	<u>324.196</u>	<u>251.684</u>
			Programa previdencial	67.703	19.477
			Programa assistencial	238.180	219.254
			Programa administrativo	18.035	12.801
			Programa de investimentos	278	152
TOTAL DO ATIVO	3.275.671	2.809.138	TOTAL DO PASSIVO	3.275.671	2.809.138

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**
(Em milhares de reais)

	2007	2006
Programa previdencial		
Recursos coletados	132.230	100.394
Recursos utilizados	(121.461)	(116.350)
Constituições de contingências	(3.490)	(592)
Custeio administrativo	(8.405)	(6.091)
Recursos transferidos para outros programas	429.815	(222)
Resultados dos investimentos previdenciais	(335)	348.128
Constituições de provisões atuariais	(304.242)	(97.804)
Constituições de fundos	(48.226)	(15.873)
Superávit (déficit) técnico do exercício	<u>75.886</u>	<u>211.590</u>
Programa assistencial		
Recursos Coletados	105.439	115.072
Recursos Utilizados	(112.450)	(121.630)
Constituições/Reversões de Contingências	1.339	1.928
Recursos Transferidos p/ Programa Administrativo	(1.441)	(1.449)
Resultados dos Investimentos Assistenciais	26.039	32.266
Constituições (Reversões) de Fundos	<u>18.926</u>	<u>26.187</u>
Programa administrativo		
Recursos oriundos de outros programas	10.181	7.761
Receitas	16.817	13.379
Despesas	(19.913)	(19.659)
Reversões/constituições de contingências	(2.216)	(490)
Resultados dos investimentos administrativos	365	(78)
Constituições de fundos	<u>5.234</u>	<u>913</u>
Programa de investimentos		
Renda Fixa	344.760	321.641
Renda Variável	103.794	52.451
Investimentos Imobiliários	3.329	2.280
Operações com Participantes	7.635	5.605
Relacionados com o Disponível	(1.650)	(1.584)
Constituições/Reversões de Contingências	(1.523)	0
Resultados transferidos para outros programas	(456.219)	(380.316)
Constituições (Reversões) de Fundos	<u>(126)</u>	<u>(77)</u>

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS FINANCEIROS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	2007	2006
Programa previdencial	8.112	(10.268)
Entradas	128.631	105.636
Recursos coletados	132.230	100.394
Recursos a receber	(862)	5.719
Reversões/constituições de contingências	(3.490)	(592)
Outros realizáveis/exigibilidades	753	115
Saídas	(120.519)	(115.904)
Recursos utilizados	(121.461)	(116.350)
Utilizações a pagar	967	409
Utilizações futuras	(25)	37
Programa assistencial	(12.536)	(3.072)
Entradas	107.649	116.992
Recursos coletados	105.439	115.072
Recursos a receber	12	(8)
Reversões/constituições de contingências	1.339	0
Outros realizáveis/exigibilidades	859	1.928
Saídas	(120.185)	(120.064)
Recursos utilizados	(112.450)	(121.630)
Utilizações a pagar	(6.396)	6.373
Reversões/constituições de contingências	(1.339)	(4.807)
Programa administrativo	(3.602)	(7.420)
Entradas	15.487	12.679
Receitas	16.817	13.379
Receitas a receber	71	(15)
Outros realizáveis/exigibilidades	815	(195)
Reversões/constituições de contingências	(2.216)	(490)
Saídas	(19.089)	(20.099)
Despesas	(19.913)	(19.659)
Despesas a pagar	443	(562)
Despesas futuras	206	(207)
Permanente	76	84
Reversões/constituições de contingências	99	245

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS FINANCEIROS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	2007	2006
Programa de investimentos	2.510	26.335
Renda fixa	50.329	48.502
Renda variável	(46.385)	(23.675)
Investimentos imobiliários	4.159	2.553
Operações com participantes	(2.454)	521
Relacionados com o disponível	1.533	(1.532)
Relacionados com tributos	(1.523)	0
Outros investimentos	(3.149)	(34)
Fluxo nas disponibilidades	(5.516)	5.575
Varição nas disponibilidades	(5.516)	5.575

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

1. Contexto operacional

O Economus - Instituto de Seguridade Social é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, constituída e patrocinada pelo Banco Nossa Caixa S.A. e pelo próprio Economus em 1º de setembro de 1977, exclusivamente para os empregados do Banco e do Instituto. Atualmente administra quatro planos de benefícios, sendo três planos de benefício definido: Regulamento Complementar nº 1, Regulamento Complementar nº 2 e Regulamento Geral (Grupos B, A, e C) respectivamente, e um plano de benefício de contribuição variável – PREVMAIS. Os planos desenhados na modalidade de benefício definido possuem, como finalidade, a complementação dos benefícios assegurados pelo INSS aos empregados do Banco Nossa Caixa S.A. e do Economus - Instituto de Seguridade Social. O Regulamento Geral (Grupo C), assegura o pagamento da complementação de benefícios de prestação continuada, a saber: aposentadorias, pensão por morte e auxílio doença. Além desses, também está assegurado o pagamento, em forma de prestação única de pecúlio por morte e por invalidez. O Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B), assegura o pagamento de complementação de auxílio doença e de pecúlio por invalidez, para os participantes em atividade, além de pecúlio por morte para todos os participantes. O Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A), assegura o pagamento do benefício de pecúlio por morte. No PREVMAIS estão previstos os benefícios de renda mensal vitalícia ou programada e suplementação de auxílio doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte. Os planos de benefícios para os participantes admitidos nos patrocinadores a partir de 13 de maio de 1974 são custeados de forma paritária entre os participantes, assistidos e patrocinadores.

Os recursos dos planos de benefícios, assim como, os recursos necessários para o funcionamento do Instituto, são representados por contribuições de seus patrocinadores (Banco Nossa Caixa S.A. e Economus - Instituto de Seguridade Social), participantes, assistidos e dos rendimentos resultantes das aplicações, que obedecem ao

disposto na Resolução nº 3.456, de 1º de junho de 2007, do Conselho Monetário Nacional – CMN, que revoga a Resolução 3.121, de 25 de setembro de 2003. A estrutura dos investimentos é multifundo, caracterizada por gestão individualizada dos recursos por plano de benefícios.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas e práticas brasileiras de contabilidade aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, e estão sendo apresentadas em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, do Ministério da Previdência Social - MPS. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos circulantes e em longo prazo. A forma de apresentação das demonstrações contábeis contempla as operações consolidadas de todos os planos de benefícios da entidade, quanto aos programas previdencial, administrativo, assistencial e de investimentos, conforme previsto nas Resoluções do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC, do Ministério da Previdência Social – MPS nº 5, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela nº 10, de 05 de julho de 2002.

Os quadros, informações e demonstrativos constantes das notas explicativas estão expressos em milhares de reais.

3. Principais práticas contábeis

(a) Resultado das operações

O resultado do período foi apurado pelo regime de competência.

(b) Programa previdencial

Contabilização - “Resultados a Realizar”

Durante os exercícios de 2002 e 2003, o Economus adquiriu títulos de baixo risco de

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006**

(Em milhares de reais)

crédito, Notas do Tesouro Nacional - NTN-C, cuja rentabilidade média foi de 10,22% ao ano, classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento e que estão alocados ao plano de benefícios do Regulamento Geral – Grupo C.

Em função dessa autorização da Secretaria de Previdência Complementar - SPC, em 01/08/2006 foi implementado o Saldamento, o novo Plano de Previdência – PREVMAIS, e a respectiva contabilização do rendimento dos títulos, levados pela curva de seu vencimento em Resultados a Realizar.

Os rendimentos a serem gerados por esses papéis, classificados na rubrica “Resultados a Realizar” em 31 de dezembro de 2007, representam o montante de R\$ 427.766 de receitas futuras.

A Secretaria de Previdência Complementar – SPC autorizou em 09/06/2006, através do ofício nº 2206/SPC/GAB, o registro contábil, como Resultados a Realizar, condicionando tal registro à manutenção dos títulos mantidos até seu respectivo vencimento, ao Saldamento do Plano de Benefícios do Regulamento Geral (Grupo C) e a implantação do Plano de Contribuição Variável - PREVMAIS.

(c) Programa de investimentos

Em atendimento à Resolução nº 4, de 30 de janeiro de 2002 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela administração, demonstrado na política de investimentos do Instituto, em duas categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios:

(i) Títulos para negociação - incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados

freqüentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados pelo valor de mercado, em que os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos na demonstração do resultado.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento - incluem os títulos e valores mobiliários, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos.

O Economus utiliza-se da gestão direta (carteira própria) e da gestão indireta (fundos de investimentos e/ou carteiras administradas exclusivos ou não) como instrumento para viabilizar as operações financeiras. A composição dos ativos financeiros está subdividida da seguinte forma:

Segmento de Renda Fixa

Os títulos públicos federais e os títulos privados (empresas) adquiridos com o intuito de diminuir a volatilidade do portfólio, bem como aqueles atrelados a índices de preços objetivando a proteção do passivo atuarial do Regulamento Geral (Grupo C), são demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até 31 de dezembro de 2007 e se encontram classificados na categoria de Títulos Mantidos até o Vencimento.

Os demais títulos e valores mobiliários constantes desse segmento possuem liquidez e se encontram classificados na categoria de Títulos para Negociação.

Segmento de Renda Variável

Os ativos registrados nesse segmento correspondem às aplicações em ações que compõem a carteira própria, administrada e Fundos de investimentos negociados no mercado à vista e são demonstradas pelo valor de mercado, com base no preço médio de 31 de dezembro de 2007, ou no último dia em que ação tenha sido negociada em Bolsa de Valores.

Segmento de Imóveis

Imóveis para Locação: são demonstrados pelo custo de aquisição, corrigidos pela variação da Unidade Fiscal de Referência – UFIR – até dezembro de 1995, reavaliados em julho de 2005 e são depreciados mensalmente, a taxas correspondentes ao tempo de vida útil estabelecido no último laudo de avaliação.

Fundos Imobiliários: são registrados pela variação apresentada pela cota informada pelo administrador responsável pelo Fundo.

Empréstimos

Empréstimos a Participantes: Esta modalidade é normatizada pelo Conselho Deliberativo e o saldo é representado pelos empréstimos concedidos aos participantes, acrescidos dos encargos contratuais incorridos até 31 de dezembro de 2007.

Investimento em Controlada

Esse investimento é avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

(d) Permanente

Os bens que constituem o permanente apresentam-se corrigidos pela variação da UFIR até 31 de dezembro de 1995, e são depreciados pelo método linear às seguintes taxas:

	Percentual
	ao ano
Móveis e utensílios	10
Máquinas e equipamentos	10
Veículos	20
Software	20
Computadores	20

(e) Exigível operacional

Registra as obrigações conhecidas e calculáveis de cada programa.

(f) Exigível contingencial

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

O exigível contingencial está apresentado líquido de depósitos judiciais. As provisões para contingências são constituídas tendo como base a avaliação da administração e de seus consultores jurídicos. Está em fase final de implantação sistema que controlará todas as ações e processos movidos contra o Instituto, mensurando-se as probabilidades de êxito como: provável, possível e remota, para dar suporte ao valor a ser provisionado.

(g) Exigível atuarial

(i) Provisões matemáticas

As provisões matemáticas foram constituídas de acordo com os cálculos efetuados por atuário independente, ETAA - Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda. e, ainda, de acordo com os critérios fixados pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, do Ministério de Previdência Social - MPS.

(ii) Benefícios concedidos e a conceder

As provisões matemáticas de benefícios

concedidos registram o valor atual dos compromissos futuros em relação aos assistidos, ao passo que as de benefícios a conceder registram o valor atual dos compromissos futuros, pelo método de crédito unitário projetado, avaliados proporcionalmente ao tempo de adesão, em relação aos participantes que ainda estão na ativa.

- . Benefícios do plano com a geração atual

Registram o valor atual dos compromissos futuros, calculado pelo método de crédito unitário projetado, avaliados à época do benefício, em relação aos participantes que ainda não adquiriram o direito ao benefício de complementação da aposentadoria por tempo de contribuição ou idade.

- . Outras contribuições da geração atual

Registram o valor atual das contribuições futuras, a serem realizadas pelos patrocinadores e pelos participantes da geração atual que ainda não estejam em gozo do benefício de prestação continuada. Exclui-se toda e qualquer contribuição cujo recebimento dependa do ingresso de novos participantes nesse plano, bem como, as contribuições a serem recolhidas, tanto pelos integrantes da geração atual, durante o período de percepção do benefício, quanto pelos patrocinadores sobre o valor dos benefícios a serem pagos a esses integrantes.

- (iii) Provisões matemáticas a constituir

Registram de acordo com o Plano Anual de Custeio o valor atual das contribuições extraordinárias futuras já vigentes, referentes ao déficit equacionado.

Representada por R\$ 287.965, referente ao valor atual das contribuições futuras, a serem realizadas pelos patrocinadores, participantes (saldados, não saldados e autopatrocinados) e assistidos, dos quais está sendo descontada Contribuição Adicional, que vem sendo efetuada paritariamente desde o saldamento do plano de benefícios do Regulamento Geral (Grupo C) e da implementação do novo plano de benefícios PREVMAIS.

- (iv) Déficit técnico acumulado

Representa a insuficiência patrimonial de recursos para a cobertura das provisões matemáticas (recursos necessários para arcar com o pagamento de benefício dos participantes) de benefícios a conceder (Ativos ou Autopatrocinados, que ainda não estão em gozo da aposentadoria). Para efeito do cálculo das provisões matemáticas (reservas atuariais) o atuário externo baseou-se na legislação que regula as Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC e dos respectivos Regulamentos dos Planos de Benefícios.

No caso do Economus, os cálculos das reservas atuariais - base 31 de dezembro 2007, identifica-se que os planos estão equilibrados, sem déficit ou superávit, porém, em atendimento às regras contábeis ditadas pela Resolução CGPC nº 5, alterada pela Resolução CGPC nº 10, está demonstrado no balanço como Déficit Técnico Acumulado o valor de R\$ 427.766, que tem como contrapartida a conta de Resultados a Realizar, que se refere a contabilização das receitas dos títulos levados até o vencimento, conforme autorizado pela Resolução CGPC nº 4, artigo 5º, valor esse constante do Ativo.

Composição do déficit técnico acumulado em 31 de dezembro de 2007:

	Plano de benefícios do Regulamento Geral	Plano de benefícios do Regulamento Complementar 1	Plano de benefícios do Regulamento Complementar 2	Prevmais	Total
Déficit Técnico					
Em 1º de janeiro de 2007	(503.652)	0	0	0	(503.652)
Result. Líquido Previdencial	(78.063)	(2.027)	61	78.568	(1.461)
Result. Líquido Investimentos	419.714	1.429	1.047	7.750	429.940
Atual. Provisão Matemática	(249.271)	(338)	553	(55.166)	(304.242)
Fundo de Oscilação de Risco	(16.494)	936	(1.641)	(31.152)	(48.351)
Em 31 de dezembro de 2007	(427.766)	0	0	0	(427.766)

(h) Reservas e fundos

(I) Equilíbrio técnico

Conforme mencionado no inciso IV, letra g - Exigível Atuarial, atendendo às normas contábeis, encontra-se registrado no Ativo – Resultados a Realizar e no Passivo – Déficit Técnico Acumulado, o valor de R\$ 427.766, o que conseqüentemente resulta em equilíbrio técnico, conforme parecer atuarial de 26 de fevereiro de 2008, onde fica demonstrado que o Ativo líquido do Economus em 31 de dezembro de 2007 dá cobertura integral ao passivo atuarial (compromisso com os participantes), estando os planos em perfeito equilíbrio.

(II) Fundos

O fundo para cobertura de oscilação de riscos do programa previdencial é um fundo calculado pelo atuário externo, constituído para suportar possíveis desvios probabilísticos nas ocorrências de morte invalidez e doença, em relação ao estimado no estudo (cálculo atuarial), assim como, para cobertura de eventual rendimento inferior ao exigido para a atualização (correção) de benefícios concedidos (Aposentadorias). Em dezembro de 2007 o valor dessa rubrica

totalizou R\$ 18.876, que, embora o valor pudesse ser considerado como superávit técnico, o atuário externo, através de seu Parecer Atuarial, entendeu, por razões técnicas, utilizá-lo na constituição do fundo de oscilação de riscos

Composição da Cobertura de Oscilação de Riscos em 31 de dezembro

Em dezembro de 2006 foi transferido o saldo da Reserva de Contingências – Plano de Benefício do Regulamento Complementar nº 02 para a formação do fundo de oscilação de riscos. Em dezembro de 2007 o saldo é de R\$ 67.703

Os fundos do programa assistencial e do programa administrativo são constituídos pela diferença entre receitas e despesas assistenciais e administrativas, respectivamente.

O fundo do programa de investimentos foi constituído por meio da aplicação de percentual, denominado de taxa de contingência, incidente sobre as parcelas pagas dos empréstimos quitados pelos participantes. Esse saldo será utilizado para cobertura do saldo devedor dos

mutuários inadimplentes, assim como o pagamento dos custos decorrentes das medidas judiciais cabíveis. Vale ressaltar que, a utilização dos recursos desse fundo somente poderá ser efetivada mediante autorização dos órgãos deliberativos do Economus e depois de cessadas as chances de êxito na recuperação do crédito.

A composição em 31 de dezembro por programa é a seguinte:

Fundo	2007	2006
Programa previdencial	67.703	19.477
Cobertura de oscilação de riscos	67.703	19.477
Programa assistencial	238.180	219.254
Fundo assistencial - FEAS	238.094	219.168
Fundo assistencial - FAC	86	86
Programa administrativo	18.035	12.801
Fundo administrativo	18.035	12.801
Programa investimento	278	152
Fundo contingência empréstimo	278	152
	324.196	251.684

(i) Despesas administrativas

As despesas decorrentes da administração da entidade e de suas aplicações financeiras são registradas no resultado do programa administrativo.

A partir de 2006, com o objetivo de aperfeiçoar, facilitar e uniformizar os conceitos, as despesas administrativas foram rateadas adotando-se a grade de relacionamento, metodologia utilizada para estabelecer o custo e a respectiva distribuição das atividades meio.

(j) Transferências interprogramas

As transferências de resultados entre os programas foram efetuadas de acordo com o descrito a seguir:

(j.1) Programa de investimentos

a) As receitas mensais dos investimentos (atualizações, juros, ágio, prêmios, dividendos, lucro na venda etc.), deduzidas das despesas (imposto de renda, Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, prejuízo na venda, deságio, taxa sobre investimentos - FEAS fixa e variável, taxa sobre empréstimo, taxa sobre renovação de empréstimos etc.), são transferidas para os programas previdencial, administrativo e assistencial.

b) as despesas necessárias à administração e ao controle dos investimentos são registradas no programa administrativo e, através de critérios estabelecidos pela Administração, são custeadas pelo programa de investimentos, por meio de "Transferências Interprogramas".

(j.2) Programa administrativo

Este programa recebe valores transferidos do programa de investimentos, relativos ao resultado das aplicações do fundo administrativo e ao custeio das taxas de administração, além dos valores transferidos (interprogramas) do programa previdencial e assistencial para cobertura das despesas administrativas.

Os recursos oriundos dos outros programas, têm a seguinte composição:

	2007	2006
Programa previdencial-sobrecarga administrativa	8.405	6.091
Programa previdencial	335	222
Programa assistencial	1.441	1.449
Programa de investimentos	365	(78)
Total	10.546	7.684

(j.3) Programa assistencial

Este programa recebe valores transferidos do programa de investimentos, relativos ao resultado das aplicações do fundo assistencialco-participaçãonasdespesas do plano de assistência médica.

(k) Custeio administrativo

Para cobertura do custeio administrativo do programa previdencial do Grupo C, a entidade utiliza-se da sobrecarga administrativa estabelecido no plano anual de custeio dos planos de benefício definido, que corresponde a 1,80%, sendo 0,90% de responsabilidade dos Patrocinadores e o mesmo percentual dividido entre Participantes e Assistidos, incluso Pensionistas, aplicados sobre o Salário Real de Participação para o Participantes em atividade e sobre a complementação para os Assistidos. O custeio do plano de contribuição variável é realizado através da cobrança de taxa administrativa, que varia de 0,06% a 0,94% sobre o salário de benefício dos participantes.

4. Composição dos programas

4.1 Programa previdencial

A composição do ativo realizável do programa previdencial está demonstrada como segue:

Composição	2007	2006
Recursos a receber	5.429	4.567
Contribuições do mês	2.482	1.670
Contribuições extraordinárias	2.947	2.897
Utilizações futuras	358	332
Adiantamentos diversos	358	332
Resultados a realizar	427.766	411.607
Equacionamento do déficit	427.766	411.607
Outros realizáveis	25	34
Diversos a realizar	25	34
	433.578	416.540

4.2 Programa administrativo

A composição do ativo realizável do programa

administrativo está demonstrada como segue:

Composição	2007	2006
Receitas a receber	166	237
Correntes	166	237
Despesas futuras	649	855
Diversos	649	855
Outros realizáveis	613	1.428
Diversos a realizar	613	1.428
	1.428	2.520

4.3. Programa de investimentos

(a) Composição do programa de investimentos

(i) Títulos de renda fixa

	2007		2006	
	Custo atualizado	Valor de Mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Cotas de fundos de investimento em renda fixa	479.802	479.802	475.400	475.400
Títulos privados	356.383	356.099	211.790	211.790
Títulos públicos	1.542.977	1.873.225	1.397.787	1.599.560
Outros Investimentos	1.093	1.093	847	847
	2.380.255	2.710.219	2.085.824	2.287.597

(ii) Títulos de renda variável

	2007		2006	
	Custo atualizado	Valor de Mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Carteira de ações	227.441	227.441	204.100	204.100
Fundos de renda variável	137.500	137.500	10.765	10.765
Outros investimentos	1.545	1.545	1.436	1.436
	366.486	366.486	216.301	216.301

(iii) Investimentos imobiliários

	1º de janeiro 2007	Adições	Baixas	Depreciações	31 de dezembro 2007
Terrenos	6.544	0	(363)	0	6.181
Edificações	9.856	8	(1.499)	(315)	8.050
Alienações	373	2.226	(756)	0	1.843
Fundo de investimento	10.167	268	(392)	0	10.043
Total	26.940	2.502	(3.010)	(315)	26.117

O Instituto possui imóveis locados ao patrocinador e a terceiros. Durante 2007 os aluguéis recebidos totalizaram R\$ 2.061.

(iv) Operações com participantes

	2007	2006
Empréstimos	62.538	52.429
	62.538	52.429

(b) Transferência de Títulos e Valores Mobiliários para a Categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento"

Diante das inúmeras tentativas efetuadas pelo Economus, ao longo de 2007, visando a troca de NTN-C, registrada na categoria de Títulos para Negociação, por NTN-B, com vencimentos mais longos, através de leilões primários de troca promovidos pelo Tesouro Nacional, assim como, a divulgação sistemática desses ativos junto a bancos e corretoras, com vistas a sua alienação se mostraram pouco eficientes, tendo como efeito prático à negociação de apenas parte dessa carteira.

Desse modo, o Economus promoveu em dezembro de 2007 a reclassificação dos títulos abaixo relacionados (NTN-C) para a categoria de Títulos Mantidos até o Vencimento.

Data da Base	Data do Vencimento	Quantidade	Valor
07/2000	07/2017	10.000	19.913
07/2000	07/2017	6.650	13.242
07/2000	07/2017	19.200	38.234
07/2000	07/2017	18.650	37.139
07/2000	07/2017	10.000	19.913
07/2000	07/2017	77.947	155.220
Total			283.661

Esta operação está suportada também na análise efetuada pelo Atuário responsável pelo plano de benefícios (Regulamento Geral), onde evidencia em seu parecer que o plano possui capacidade financeira em mantê-los até o vencimento, conforme preconiza a legislação que regula o assunto.

(c) Demonstração dos ativos entre as categorias

Títulos para negociação:

	2007		2006	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo Atualizado	Valor de mercado
Cotas de fundos de investimento em renda fixa	401.512	401.512	421.373	421.373
Títulos públicos	26.375	26.375	308.093	308.093
Títulos privados	259.663	259.663	180.533	180.533
Carteira de ações	227.441	227.441	205.536	205.536
Fundos de renda variável	119.450	119.450	10.765	10.765
	1.034.441	1.034.441	1.126.300	1.126.300

Títulos mantidos até o vencimento:

	2007		2006	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo Atualizado	Valor de mercado
Cotas de fundos de investimento em renda fixa	78.289	78.289	54.027	54.027
Títulos privados	96.721	96.436	31.257	31.257
Títulos públicos	1.516.602	1.846.851	1.089.694	1.089.694
Fundos de renda variável	16.949	16.949	0	0
Outros	3.739	3.739	0	0
	1.712.300	2.042.264	1.174.978	1.174.978

Na demonstração entre as categorias, não foram considerados os investimentos com participantes, investimentos imobiliários e outros investimentos.

Em 31 de dezembro de 2007, o custo atualizado por vencimento está distribuído da seguinte forma:

	2007	2006
A vencer em até um ano	919.409	792.241
A vencer entre um e cinco anos	401.622	210.223
A vencer após cinco anos	1.487.155	1.351.452
Vencimento indeterminado	30.399	27.618
	2.838.585	2.381.534

A administração dos investimentos da carteira própria é efetuada pelo Economus, tendo esses recursos o Citibank como prestador de serviços

de custódia e controladoria qualificada, centralizando a totalidade dos títulos e valores mobiliários sob a sua guarda.

4.4 . Permanente

Composição do Ativo Permanente

Imobilizado	1º de janeiro 2007	Adições	Baixas	Depreciações	31 de dez 2007
Móveis e utensílios	95	85	0	(19)	161
Maquinas e equipamentos	1.003	107	0	(276)	834
Veículos	58	0	0	(12)	46
Direito de uso - telefone	2	0	0	0	2
Software	395	186	0	(147)	434
Total	1.553	378	0	(454)	1.477

5. Exigível contingencial

- (a) Autos de infração do Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS

A Receita Federal questionou em exercícios anteriores, por meio de autos de infração, a incidência do recolhimento e a base de cálculo do PIS e da COFINS.

Em outubro de 2001, o Instituto sofreu lançamentos referentes ao PIS apurado no período de janeiro de 1996 a janeiro de 1999, no valor de R\$ 19.515. No período de fevereiro de 1999 a dezembro de 2000, referentes ao PIS e a COFINS, nos valores de R\$ 4.381 e R\$ 20.549, respectivamente. Em agosto de 2002, sofreu 3 (três) outros lançamentos ditos suplementares aos anteriores, sendo: PIS, mês de maio de 1996, no valor de R\$ 53 PIS e COFINS no período de fevereiro de 1999 a dezembro de 2000, nos valores de R\$ 1.961 e R\$ 9.048, respectivamente. Em dezembro de 2002, através de sua assessoria jurídica, o Instituto protocolou na 19ª Vara da Justiça Federal de São Paulo, Ação Anulatória de

Débito Tributário com Pedido de Antecipação de Tutela, recebendo o nº 2002.61.00.026666-6. Em paralelo, aproveitando-se dos benefícios contidos na Medida Provisória nº 66, de 29 de agosto de 2002, o Economus recolheu R\$ 13.212 considerados devidos, com redução de multa e juros moratórios. Essa medida visou recolher aos cofres públicos os valores considerados devidos pelo Instituto. Pela relevância da matéria e a fim de resguardar o patrimônio dos participantes e assistidos, a Diretoria Executiva decidiu pela constituição de provisão, a débito do resultado do programa assistencial do primeiro semestre de 2003, no valor de R\$ 68.898 abrangendo o período desde janeiro de 1996, atualizada pela taxa SELIC e acrescida de multa. Em 31 de dezembro de 2007 o valor provisionado é de R\$ 95.103, atualizado pela taxa SELIC. Considerando-se que não foi concedida a tutela antecipada para que houvesse a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, a Diretoria Executiva, suportada por parecer de sua assessoria jurídica, decidiu por fazer depósito judicial no valor de R\$ 29.092 em janeiro de 2004, R\$ 22.575 em setembro de 2004, R\$ 13 em setembro de 2005 (complemento) e R\$ 66 em agosto de 2006 (complemento), para que haja a possibilidade de continuidade no processo de defesa.

- (b) O Economus com embasamento na decisão do Supremo Tribunal Federal - STF que julgou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei n.º 9.718/98, que pretendeu equiparar o termo "faturamento" à totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, independentemente da classificação fiscal ou contábil adotada, e não só às receitas de vendas e/ou prestação de serviços, impetrou Mandado de Segurança pleiteando liminar para depósito judicial para exclusão das receitas financeiras da base de cálculo do recolhimento do PIS e da COFINS. A partir da apuração de novembro de 2006 o Economus passou a adotar o critério de depósito judicial ocorrendo os primeiros depósitos no mês de dezembro de 2007.
- (c) Depósito judicial de INSS, Lei nº 9.876/99 - conversão em renda da União

Em decorrência do advento da Lei nº 9.876/99, a qual alterou as contribuições previdenciárias, o Economus impetrou Mandado de Segurança Preventivo, a fim de obter a concessão de liminar para suspensão da cobrança das contribuições.

Os efeitos foram positivos, com deferimento na 7ª Vara da Justiça Federal, determinando o afastamento dos dispositivos da Lei nº 9.876/99.

A assessoria jurídica do Economus, após acompanhamento dos tribunais superiores, constatou que o prosseguimento da discussão judicial seria desfavorável, tendo em vista, o entendimento da constitucionalidade da Lei nº 9876/99.

Em razão da edição da Medida Provisória nº 66, de 29 de agosto de 2002, convertida em Lei de nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, com base no artigo 21, o Economus aproveitou-se desta oportunidade favorável, desistindo do Mandado de Segurança citado, convertendo os depósitos judiciais efetuados até setembro de 2002, no montante de R\$ 9.715 em renda da União, com a dispensa da multa e juros de mora. O valor atualizado pela taxa Selic em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 20.011.

(d) Reversão/constituição de contingências - Programa Administrativo

(i) Após decisão administrativa, o Economus desistiu da interposição de recurso extraordinário e recurso especial da Ação Anulatória de Débitos contra a Prefeitura Municipal de São Paulo, em decorrência dos autos de infração lavrados em outubro de 1996 – ISS, em consequência da decisão desfavorável no recurso de apelação, tendo em vista que a probabilidade de êxito seria remota. Posterior ao levantamento dos depósitos judiciais pela Prefeitura, a entidade verificou que consta um saldo remanescente de débito decorrente dos autos de infração no valor atualizado até 31 de dezembro de 2007 de R\$ 927. O Economus apresentou defesa, pois

entende que há grande probabilidade de êxito, aguardando decisão.

(ii) Em novembro de 2005 foi efetuado depósito judicial referente processo 000.05.077609-6 (execução de título extrajudicial) movido pelo Hospital e Maternidade Brasil, cujo objeto é a cobrança de valores glosados, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2006 era de R\$ 379. Houve acordo para pagamento do valor em questão em 6 parcelas, vencendo a 1ª outubro de 2006. O depósito judicial foi levantado em 2007.

(e) Fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

No primeiro semestre de 2004, o Economus recebeu fiscalização do INSS relacionada às contribuições previdenciárias de caráter normal e nos serviços remunerados às cooperativas médicas de trabalho, do programa assistencial, compreendendo o período de 2001 a 2004.

Os autos recebidos foram analisados pela administração da entidade, que solicitou a opinião de seus advogados quanto às medidas a adotar a partir das perspectivas de êxito. Como resultado, decidiu impugnar administrativamente os lançamentos no montante aproximado de R\$ 40 milhões. Após intimação dos julgamentos, a entidade insatisfeita com as decisões proferidas pela autoridade julgadora de primeira instância, optou em recorrer ao reexame das decisões interpondo recurso, mediante depósito correspondente a 30% da exigência fiscal definida nas decisões no valor de R\$ 2.122 e registrou-se a provisão do valor de R\$ 6.675. Atualmente o Economus aguarda o julgamento de 2ª instância.

No final do exercício de 2005, o Economus foi intimado em quatro (04) decisões referentes aos recursos apresentados, na seguinte forma:

- Duas favoráveis – nos valores de R\$ 633 e de R\$ 24.194, cujos depósitos de 205 e R\$ 68 (ambos efetuados em 11/05/2005)

foram resgatados em 03/02/2006.

- Duas desfavoráveis – nos valores de R\$ 973 e R\$ 3.905, cujos depósitos de R\$ 292 e R\$ 1.270 (ambos efetuados em 11/05/2005) foram convertidos em renda para pagamento parcial do débito. O Economus ajuizou Medida Judicial para discussão das questões, inclusive requerendo a conversão dos valores depositados administrativamente para complementar os depósitos judiciais, por ora aguarda as decisões judiciais.

Em outubro de 2007 o Instituto recebeu dois autos de infração do INSS, relativos a guias de recolhimentos com valores divergentes ao informados ao INSS através das Gfip's, do programa assistencial, compreendendo o período de março de 2000 a agosto de 2002. O total apurado é de R\$ 1.272 e escritório de advocacia especializado foi contratado para impugnar os autos.

Composição do exigível contingencial

Programa de investimentos

	2007	2006
Contingências fiscais	0	3.738
Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana - IPTU	0	3.632
IOF sobre aplicações financeiras	46	0
Outras	0	106
Depósitos judiciais	(46)	(3.738)
	0	0

Programa previdencial

	2007	2006
Contingências fiscais	9.784	1.696
Recursos trabalhistas	5.755	1.498
Pensão	0	188
Pecúlio	11	10
IPTU e ITBI	4.018	0
Depósitos judiciais	(9.784)	(1.696)
	0	0

Programa administrativo

	2007	2006
Contingências fiscais	10.196	8.164
PIS/COFINS	6.240	4.110
Recursos trabalhistas – FGTS	2.207	2.057
ISS	927	856
Execução extrajudicial	0	379
Outras	822	762
Depósitos judiciais	(9.061)	(7.128)
	1.135	1.036

Programa assistencial

	2007	2006
Contingências fiscais	130.435	124.302
PIS/COFINS	100.142	94.862
INSS	30.288	29.435
Outras	5	5
Depósitos judiciais	(110.445)	(102.972)
PIS/COFINS	(83.905)	(78.133)
INSS	(26.535)	(24.834)
Outros	(5)	(5)
	19.990	21.330

6. Provisões matemáticas

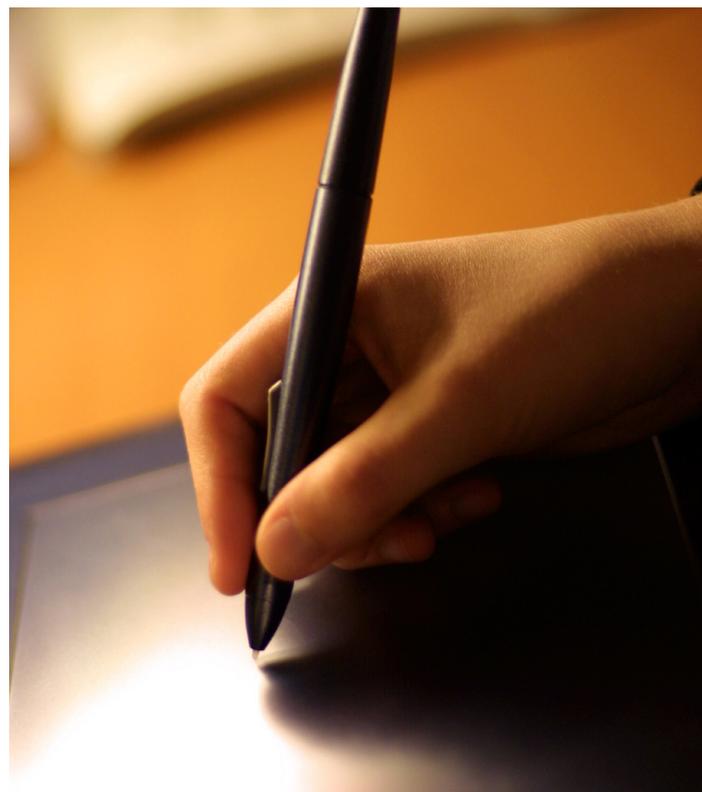
A movimentação das provisões matemáticas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 pode ser resumida como segue:

	2007		
	1o. de janeiro	Constituição no exercício	31 de dezembro
Provisões matemáticas	2.616.861	304.243	2.921.104
Benefícios concedidos	1.164.849	173.457	1.338.306
Benefícios do plano			
Benefícios a conceder	1.676.527	194.236	1.870.763
Benefícios do plano com a geração atual	1.695.668	183.201	1.878.869
Outras contribuições da geração atual	(19.141)	11.035	(8.106)
(-) Provisões Matemáticas a constituir	(224.515)	(63.450)	(287.965)

A metodologia de cálculo adotada pelo atuário para o plano de Benefício Definido – Regulamento Geral, depois de aprovada pelo Conselho Deliberativo do Economus, contempla salário final de carreira, projetado pelo Banco Nossa Caixa S.A. e pelo Economus, para seus respectivos funcionários participantes deste plano de benefícios, que utiliza uma taxa de retorno dos investimentos à razão de 6% ao ano, após o desconto dos efeitos da inflação, medidos pelo - INPC.

Em 2006 foi considerado na avaliação atuarial o fator previdenciário de que trata a Lei nº. 9.876, de 26 de novembro de 1999.

As premissas atuariais foram adotadas conforme parecer atuarial datado de 26 de fevereiro de 2008 – data base 31 de dezembro de 2007, e os saldos a seguir foram obtidos de acordo com o atestado de avaliação do exigível atuarial.



	Plano de benefícios do Regulamento Geral	Plano de benefícios do Regulamento Complementar 1	Plano de benefícios do Regulamento Complementar 2	Prevmais	Total
Exigível atuarial	2.825.796	9.951	8.642	76.714	2.921.104
Benefícios concedidos	1.332.001	3.866	988	1.450	1.338.306
Benefícios a conceder	1.781.760	6.085	7.654	75.264	1.870.763
(-) Provisões matemáticas a constituir	(287.965)	0	0	0	(287.965)
Fundos previdenciais	18.876	2.211	1.772	44.844	67.703
Cobertura de oscilação de riscos	18.876	2.211	1.772	44.844	67.703

O parecer do atuário independente, datado de 26 de fevereiro de 2008, informando em detalhes os planos de benefícios, concluiu que o Ativo Líquido em 31 de dezembro de 2007 dá cobertura integral ao Passivo Atuarial, estando todos os planos em perfeito equilíbrio. O parecer em sua íntegra será reproduzido no relatório anual a ser entregue aos participantes com ciência dos auditores independentes.

7. Fatos relevantes e outras informações

(a) Fundo Economus de Assistência Social - FEAS

O Fundo Economus de Assistência Social - FEAS é um fundo contábil, instituído pelo Economus, com a finalidade de prover a manutenção da

assistência médica a todos aqueles filiados ao Economus após a sua aposentadoria, excetuando-se as aposentadorias por invalidez e pensionistas, além daqueles que optarem por permanecer no plano do Banco Nossa Caixa S.A. O fundo FEAS foi constituído ao longo do tempo com recursos provenientes da comercialização de seguro nas apólices em que o Economus é estipulante, assim como, os resultados auferidos pela Economus - Administradora e Corretora de Seguros Ltda. quando estava operando, das receitas financeiras e das contribuições oriundas da co-participação dos integrantes do Plano de Assistência Médica.

De acordo com o regulamento do FEAS, a

Diretoria Executiva do Economus juntamente com o Conselho Deliberativo, poderão rever a prestação dos serviços assistenciais .

(b) Investimento em controlada - desmobilização

A entidade possui investimento na Economus Administradora e Corretora de Seguros Ltda. que, de acordo com determinação legal, conforme disposto na Resolução 3.456, de 1º de junho de 2007, do Conselho Monetário Nacional – CMN, que revoga a Resolução 3.121, de 25 de setembro de 2003, destaca que citado investimento não pode fazer parte do patrimônio da entidade. Atendendo ao contido na Resolução citada, por deliberação da Diretoria Executiva, foi constituída em março de 2005 uma comissão interna, com a finalidade específica de avaliar a melhor forma de desmobilização, avaliando riscos, prazos e outros fatores, inclusive com acompanhamento e auxílio de consultoria externa. Finalizados os trabalhos da comissão, decidiu-se pela Liquidação da Corretora, sendo nomeado um liquidante para o acompanhamento de todo o processo. A partir de 31 de dezembro de 2005, cessaram as operações. A documentação comprobatória que evidencia todas as ações realizadas foi encaminhada para acompanhamento da Secretaria de Previdência Complementar – SPC, do Ministério da Previdência Social – MPS.

Amparada por liminar, a Corretora não recolhia a Cofins desde julho de 1999, estando os valores apurados mensalmente, devidamente provisionados contabilmente e atualizados pela taxa Selic. Financeiramente, os recursos para honrar estes compromissos estavam aplicados em títulos, com rendimentos superiores a Selic. A liminar foi cassada em agosto de 2005 e recurso interposto pelo SINCOR-SP, foi julgado pelo STF, com acórdão de junho de 2007 desfavorável para a Corretora. Em julho de 2007, por decisão da Diretoria Executiva com parecer da assessoria jurídica, foram recolhidos R\$ 12.113, sendo R\$ 309 com a utilização de créditos tributários.

(c) Controles internos, ética e governança

Em 2007 o Economus concluiu mapeamento de riscos nos processos de negócio, identificando-os e classificando-os de acordo com as expectativas de impacto e frequência, identificando também os respectivos controles associados. Para aqueles riscos com condição de controle precária a equipe de Controles Internos buscou desenvolver planos de ação de melhoria de controles visando mitigar sua ocorrência.

No segundo semestre de 2007 foi iniciado processo de revisão dos riscos identificados nos processos do Departamento de Atendimento.

Em 2007 implementou-se o processo de acompanhamento das obrigações institucionais, aquelas definidas por força da legislação vigente ou por normas internas, de modo a minimizar o risco decorrente do descumprimento a qualquer uma delas.

Com relação à questão ética, foram aprovadas a revisão do Código de Ética no qual está contemplando o Comitê de Ética. Para este Comitê desenvolvemos um regimento interno que disciplinará o seu funcionamento.

Relativamente aos aspectos de governança a equipe interna iniciou estudos para propor, a criação de um Manual de Governança que discipline a forma de relacionamento dos órgãos estatutários e o processo decisório.

(d) Saldamento e PREVMAIS

Em 10/11/2004 o Conselho Deliberativo do Economus aprovou o saldamento do Plano de Benefícios, instituído através do Regulamento Geral - Grupo C para os empregados do Banco Nossa Caixa S.A. e do Economus e a implementação de um novo Plano de Benefícios, estruturado na forma de contribuição Variável, denominado PREVMAIS.

O processo de saldamento foi aprovado em 30/12/2005, através do ofício nº 2713, da

Secretaria de Previdência Complementar – SPC, reconhecendo que a base do benefício complementar seria calculada considerando os efeitos da Lei nº 9876/99, que instituiu o fator previdenciário e a aplicação da média dos salários de contribuição de julho de 1994 em diante. A implantação do PREVMAIS foi aprovada através dos ofícios nº 1987 e nº 2206 da Secretaria de Previdência Complementar – SPC em junho de 2006.

A campanha de adesão ao Saldamento e PREVMAIS foi efetuada no período de 01/07/2006 a 31/08/2006, sendo que a vigência do Plano teve início em 01/08/2006.

A segunda campanha de adesão ao Saldamento e PREVMAIS foi efetuada no período de 15/05/2007 a 31/05/2007, sendo que a vigência do Plano teve início em 01/06/2007. O saldamento foi reaberto devido à alteração do Plano Anual de Custeio, que entrou em vigor em abril de 2007, aumentando o percentual de contribuição.

(e) Transferência da folha de pagamento da Secretaria da Fazenda

Até março de 2007 a folha de pagamento dos Grupos A e B, da Secretaria da Fazenda era elaborada pelo Instituto. A partir de abril o pagamento e processamento passaram a ser feitos pela Secretaria da Fazenda. Continuou sob responsabilidade do Economus a elaboração da folha dos aposentados que possuem liminar para permanecer recebendo pelo Instituto.

(f) Compensação de créditos tributários

A empresa especializada em recuperação de créditos tributários Junqueira de Carvalho, Murgel & Brito Advogados Associados foi contratada para verificar as bases de cálculo do PIS e da Cofins, abrangendo o período de janeiro de 1996 a agosto de 2001, antes da adesão ao RET, e de setembro de 2001 a dezembro de 2004, denominado pós-anistia pela adesão ao RET. Foram apurados créditos atualizados pela taxa Selic até março de 2007 no montante de

R\$ 7.713. Foram também apurados débitos de R\$ 3.871, igualmente atualizados, referente a receitas imobiliárias não incluídas nas bases de cálculo. O valor líquido de R\$ 3.842 foi utilizado para o pagamento de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, por intermédio de sistema eletrônico, especificamente para compensação de tributos, denominado PER/DCOMP.

(g) Venda do imóvel de São Caetano

Em maio de 2007 foi vendido o imóvel de São Caetano por R\$ 2.226, valor acima do laudo de avaliação, de R\$ 2.120 da empresa especializada Consult – Engenharia e Avaliações. Condições: na assinatura do compromisso particular de venda e compra, R\$ 1.000 dividido em cinco parcelas semestrais de R\$ 200, atualizadas a taxa de juros de 0,5% ao mês mais variação positiva do INPC e R\$ 1.026 dividido em quarenta parcelas mensais, atualizadas a taxa de juros de 0,5% ao mês mais variação positiva do INPC. A comissão de corretagem foi paga pelo comprador.

(h) Programa de parcelamento incentivado - Prefeitura de São Paulo

A Prefeitura do Município de São Paulo lançou em 2007 o PPI – Programa de Parcelamento Incentivado. O Instituto aderiu ao programa, objetivando verificar junto ao Fisco Municipal pendências existentes a serem regularizadas. Esta adesão também foi benéfica no sentido de se verificar e identificar os depósitos judiciais efetuados com o auxílio da área de informática do Banco Nossa Caixa, passíveis de serem levantados.

(i) Auditoria no Grupo C

Em março foi criada a Célula de Auditoria de Benefícios, cuja tarefa é a de conferir se as concessões estão respeitando o regulamento dos planos, concessões essas que formam o conjunto de atribuições da Célula de Rotinas Previdenciárias. Porém, para unir todas as

auditorias do Instituto, o Departamento de Controladoria assumiu essa atribuição, contratando um auditor de benefícios para este fim.

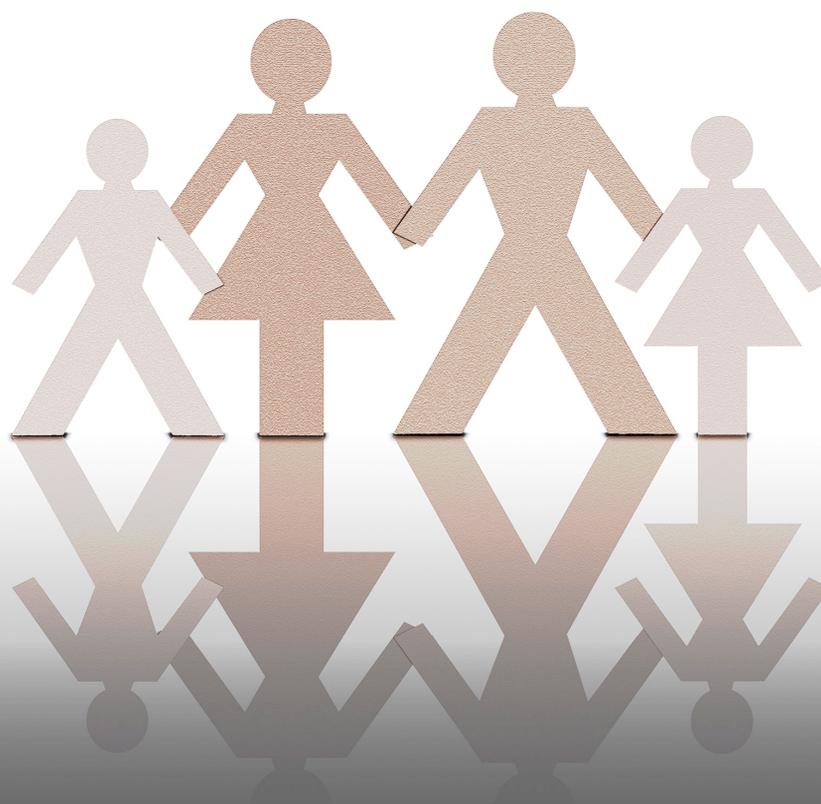
(j) Segregação fundo administrativo assistencial

A Diretoria Executiva aprovou a Segregação do Fundo Administrativo, que demonstra os dados que compõem o Balancete do Programa Administrativo, a saber: Balanço do Programa Administrativo e a Segregação da Administração Assistencial, iniciando-se assim, a operacionalização do programa administrativo, devidamente segregado, controlando e alocando as receitas e despesas na respectiva atividade, previdencial e assistencial.

(k) “Tábua” do IBGE

Em relação ao exercício de 2006 foram efetuadas alterações das premissas e hipóteses atuariais constantes do parecer do atuário independente, nos seguintes itens:

(l) Alteração da Tábua IBGE 2005 para IBGE 2006.





MOREIRA & ASSOCIADOS - AUDITORES

À
DD. DIRETORIA DO
ECONOMUS – INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL
SÃO PAULO – SP

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

1. Examinamos o balanço patrimonial do ECONOMUS – INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL, levantado em 31 de dezembro de 2007, e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos financeiros, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos; o volume de transações, o sistema contábil e de controles internos da Entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgados; (c) a obtenção dos pareceres do atuário responsável pelo cálculo das provisões matemáticas, datados de 26 de fevereiro de 2008; (d) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas, adotadas pela administração da ECONOMUS – INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as Notas Explicativas que as acompanham, representam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do ECONOMUS – INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL, em 31 de dezembro de 2007, o resultado de suas operações e os fluxos financeiros, referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes, conforme parecer emitido sem ressalva, datado de 15 de fevereiro de 2007, com ênfase que, conforme divulgado pela Administração na Nota Explicativa 10, a entidade encerrou o ano com déficit técnico de R\$ 503.652 mil e que o valor contabilizado em resultados a realizar, conforme Artigo 5º da Resolução CGPC nº 4, de R\$ 411.607 mil, contribuiu para a redução do déficit técnico acumulado, reduzindo-o para R\$ 92.045 mil. No exercício de 2007 tanto o déficit técnico acumulado como os resultados a realizar importam em R\$ 427.766 mil, evidenciando que os planos de benefícios estão equilibrados, sem déficit ou superávit, com base nos cálculos das reservas atuariais em 31 de dezembro de 2007 do atuário independente.

São Paulo, 12 de março de 2008.

MOREIRA & ASSOCIADOS - AUDITORES
CRC 2 RS 3717 S SP
HERALDO S.S. DE BARCELLOS
Contador CRC 1 RS 11609 S SP
Responsável Técnico

Plano de Benefícios:
PLANO DE BENEFÍCIOS DO REGULAMENTO GERAL
CNPB Nº: 19.780.001-38

Patrocinadoras:
BANCO NOSSA CAIXA S.A.
ECONOMUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL

Data-Base: 31/12/2007

PARECER ATUARIAL

- Do OBJETIVO**
A Avaliação Atuarial teve por objetivo determinar o valor do Passivo Atuarial e as contribuições necessárias para dar liquidez financeira ao pagamento dos benefícios estabelecidos pelo Regulamento. Os resultados da avaliação estão consignados no Balanço e no Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA 2007).
- Do PLANO**
Instituído em 01/01/1978, o Regulamento foi alterado incluindo o capítulo do Saldamento obtendo aprovação da Secretaria de Previdência Complementar através do Ofício nº 2713, de 30/12/2005.

A última alteração do Regulamento em atendimento à Resolução CGPC nº 19/2006, foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar, através da Portaria nº 1802, de 26/10/2007.
- DA BASE CADASTRAL**
A Avaliação Atuarial foi efetuada sobre o universo de 8.236 Participantes, 3.646 Assistidos e 354 Pensões, conforme os cadastros fornecidos pela Entidade e posicionados em 31/12/2007.

A síntese do cadastro está conforme segue:

Quantidade de Participantes ativos	8.236
Mulheres	5.118
Homens	3.118
Participantes que optaram pelo Saldamento	7.997
Mulheres	4.965
Homens	3.032
Idade média	46,61 anos
Prazo médio para o benefício	9,77 anos
Total dos Benefícios Saldados	R\$ 14.905.813,22
Participantes que optaram pelo BPD	51
Mulheres	26
Homens	25
Idade média	45,93 anos
Prazo médio para o benefício	11,8 anos
Total dos Benefícios Proporcionais Diferidos	R\$ 19.656,44
Participantes que permaneceram no BD	188
Mulheres	127
Homens	61
Idade média	51,4 anos
Prazo médio para o benefício	4,91 anos
Tempo médio de filiação ao plano	25,52 anos
Salário de Participação médio	R\$ 5.965,03
Quantidade de Participantes Autopatrocina	2
Idade média dos Participantes Autopatrocina	56,83 anos
Folha de Salário de Participação	R\$ 1.121.426,34
Quantidade de Assistidos	3.646
Nº de aposentadorias	3.092
Suplementação média	R\$ 2.214,70
Idade média	57,94 anos
Nº de aposentadorias por invalidez	554
Suplementação média	R\$ 2.047,83
Idade média	54,97 anos
Nº de pensões	354
Suplementação média	R\$ 1.797,24

Os cadastros foram submetidos a testes críticos, através de análises comparativas e totalizadores de quantidade e de valores, apresentando-se

consistentes.

4. DOS BENEFÍCIOS E REGIMES FINANCEIROS

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e o seu custeio é de responsabilidade paritária entre os Participantes, Assistidos e as Patrocinadoras.

4.1. BENEFÍCIOS:

Complementação da Aposentadoria por Tempo de Serviço; e Complementação da Aposentadoria por Idade.

4.1.1. Regime Financeiro: Capitalização

4.1.2. Método: Crédito Unitário Projetado

4.2. BENEFÍCIOS:

Complementação da Aposentadoria por Invalidez; e Complementação da Pensão por Morte.

4.2.1. Regime Financeiro: Repartição de Capital de Cobertura

4.2.2. Método: Teoria Coletiva do Risco Consiste na observação estatística da ocorrência dos eventos nos últimos 36 meses, com margem de confiança estatística fixada em 80%.

A sua utilização tende a custos estáveis, desde que não haja grandes alterações na pirâmide etária dos Participantes e seus dependentes.

Desta forma, não é utilizada nenhuma premissa ou hipótese atuarial, bem como pelo regime financeiro utilizado de Repartição, não há formação da Reserva Matemática de Benefícios a Conceder.

4.3. BENEFÍCIOS:

Complementação do Auxílio-Doença; Pecúlio por Morte; e Pecúlio por Invalidez.

4.3.1. Regime Financeiro: Repartição Simples

4.3.2. Método: Teoria Coletiva do Risco Consiste na observação estatística da ocorrência dos eventos nos últimos 36 meses, com margem de confiança estatística fixada em 80%.

A sua utilização tende a custos estáveis, desde que não haja grandes alterações na pirâmide etária dos Participantes e seus dependentes.

Desta forma, não é utilizada nenhuma premissa ou hipótese atuarial, bem como pelo regime financeiro utilizado de Repartição, não há formação da Reserva Matemática de Benefícios a Conceder.

5. DO CUSTEIO DO PLANO

Os benefícios assegurados aos 188 Participantes que não aderiram ao Saldamento, são custeados de forma paritária entre as Patrocinadoras e os Participantes Ativos e Assistidos, através de uma contribuição mensal, estabelecida a cada ano, proposta no Plano de Custeio e aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Para os Participantes que aderiram ao Saldamento não há cobrança da Contribuição Normal mensal, tampouco para as Patrocinadoras.

Desde 01/08/2006 foi implementada a cobrança do equacionamento do déficit técnico apurado nos exercícios anteriores, mediante Contribuições Extraordinárias mensais que estão sendo efetuadas de forma paritária entre as Patrocinadoras e os Participantes e Assistidos. O valor presente das Contribuições Extraordinárias futuras em 31/12/2007, monta em R\$ 287.965.226,80, e está consignado em Provisões Matemáticas a Constituir.

6. DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

A Avaliação Atuarial foi realizada com a aplicação das hipóteses atuariais, premissas e regimes

financeiros previamente apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo da Entidade, demonstrando os conceitos dos regimes e os efeitos de cada hipótese na Avaliação Atuarial. Após longas exposições e discussões, deliberaram pela razoabilidade dos mesmos e foram formalmente aprovados pelos órgãos colegiados do ECONOMUS, conforme correspondência DISUP 074/2001, de 27/12/2001.

Em relação ao exercício de 2006 foram efetuadas alterações das premissas e hipóteses atuariais nos itens conforme segue:

a) Alteração da Tábua IBGE 2005 para IBGE 2006.

A alteração da Tábua de Mortalidade deve-se à atualização da pesquisa estatística do IBGE, demonstrando uma nova realidade da expectativa de vida em todas as idades da população brasileira.

b) Alteração da redução nas taxas anuais de mortalidade de 20% para 25%.

A alteração decorre da manutenção do nível de segurança já estabelecido, visto que a nova experiência estatística do IBGE demonstrou uma redução das expectativas de vida nas idades de 68 anos em diante.

Além disso, a margem de 25% atende ao disposto na Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, onde a projeção de longevidade dos Participantes Ativos e Assistidos está adequada à respectiva massa e gera expectativas de vida completa superiores às resultantes da aplicação da Tábua AT-83.

As premissas e hipóteses estão conforme segue:

6.1. INDEXADOR DO BENEFÍCIO: INPC (IBGE).

6.2. TAXA REAL ANUAL DE JUROS

- Hipótese assumida: 6% (seis por cento) ao ano.
- Utilização: No cálculo do valor presente dos compromissos futuros.
- Justificativa: Compatibilidade com a perspectiva econômica de se obter ganhos a partir da aplicação financeira do ativo.

6.3. CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIOS

- Hipótese assumida: Nula, uma vez que as Aposentadorias por Tempo de Serviço e por Idade dar-se-ão pelo Salário Final de Carreira do Participante, acrescido dos adicionais contratuais e da média dos variáveis que incorporam o Salário-Real-de-Benefício. (Dado fornecido pela Entidade).
- Utilização: No cálculo do valor provável da complementação de aposentadoria de cada Participante.
- Justificativa: Existência de estrutura de cargos e salários na Patrocinadora e perspectiva de que a grande maioria dos Participantes estará no topo da carreira quando da Aposentadoria por Tempo de Serviço ou por Idade.

6.4. CRESCIMENTO REAL DO MAIOR SALÁRIO DE BENEFÍCIO DO INSS

- Hipótese assumida: Nula.
- Utilização: No cálculo do valor provável da complementação das aposentadorias.
- Justificativa: Histórico e legislação que apenas atualiza o valor a cada ano pelo IPC.

6.5. CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS DO PLANO

- Hipótese assumida: Nula.
- Utilização e Justificativa: Não é utilizada dado que o Regulamento estabelece somente a atualização monetária das complementações, a cada ano, sem nenhum acréscimo.

6.6. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS SALÁRIOS

- Hipótese assumida: Fator 1.
- Utilização: No cálculo do valor provável da complementação das aposentadorias.
- Justificativa: Em razão da utilização do Salário Final de Carreira, sem nenhum redutor, como sendo o Salário-Real-de-Benefício à época da aposentadoria.

- 6.7. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS
- Hipótese assumida: Fator 0,98.
 - Utilização: No cálculo do valor presente dos benefícios e da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos.
 - Justificativa: Concessão de reajuste dos benefícios uma única vez a cada ano, resultando em uma perda potencial de 2% (dois por cento) ao ano, em um cenário a longo prazo, de inflação de 4% (quatro por cento) ao ano.
- 6.8. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS DO INSS
- Hipótese assumida: Fator 1.
 - Utilização e Justificativa: Não é utilizada uma vez que as complementações uma vez iniciadas ficam desatreladas do benefício básico concedido pelo INSS.
- 6.9. GERAÇÃO FUTURA DE NOVOS ENTRADOS
- Hipótese assumida: Nula.
 - Utilização e Justificativa: O regime financeiro de capitalização pelo método do Crédito Unitário Projetado, não contempla a hipótese de novos entrados.
- 6.10. ROTATIVIDADE
- Hipótese assumida: Tábua de rotatividade por idade atingida "Prudential PW2", ajustada conforme a média observada no histórico dos Participantes, nos últimos 5 anos.
 - Utilização: No cálculo do custeio do plano e nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder.
 - Justificativa: Pressuposição de que a tendência futura de rotatividade dar-se-á de acordo com o passado histórico dos Participantes.
- 6.11. TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL
- Hipótese assumida: Tábua Completa de Mortalidade IBGE 2006 - Ambos os Sexos, com redução de 25% nas taxas anuais de mortalidade.
- Utilização: No cálculo das probabilidades de sobrevivência dos Participantes, Assistidos e Pensionistas.
 - Justificativa:
 - Tábua aprovada pelo Decreto Nº 3.266, de 29/11/1999.
 - Tábua utilizada pelo INSS para o cálculo dos fatores de redução ou ampliação da renda mensal de aposentadoria.
 - Tábua representativa da realidade brasileira.
 - Tábua demográfica isenta das margens estatísticas das tábuas utilizadas pelas entidades abertas de previdência complementar para obtenção de Lucros Operacionais.
 - Tábua de Mortalidade atualizada anualmente e publicada pelo IBGE no Diário Oficial da União.
 - A margem de segurança de 25% foi estabelecida em razão da pressuposição de melhor qualidade de vida dos Participantes da Entidade em relação à população geral brasileira.
 - Atendimento às expectativas de vida, estabelecidas como mínimas pela SPC.
- 6.1. TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS
- Hipótese assumida: Tábua Completa de Mortalidade IBGE 2006 - Ambos os Sexos.
 - Utilização: No cálculo das probabilidades de sobrevivência dos Assistidos Inválidos.
 - Justificativa: As mesmas especificadas no ITEM 6.11 com exceção da margem de 25%, uma vez que é sabido que a sobrevivência dos Assistidos Inválidos é menor que a dos demais.
- 6.2. TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ
- Hipótese assumida:
 - Apuração do número provável de Aposentadorias por Invalidez

a partir da aplicação da Teoria Coletiva do Risco sobre a observação estatística da ocorrência dos eventos, com margem de confiança estatística fixada em 80%.

- Tábua de Entrada em Invalidez "Álvaro Vindas".
- Utilização:
 - No cálculo do custo do Pecúlio por Invalidez e da Complementação da Aposentadoria por Invalidez.
 - No cálculo da probabilidade de não ocorrer a Aposentadoria por Tempo de Serviço ou por Idade em razão do evento de invalidez.
 - Justificativa: Adequação do custo à realidade histórica dos Participantes.

6.3. COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS

- Hipótese assumida: Composição determinada pela situação real dos Dependentes de cada Participante.
- Utilização: No cálculo do custo da Complementação da Pensão por Morte.
- Justificativa: Adequação do custo à realidade histórica dos Participantes.

7. DO PASSIVO ATUARIAL

O Passivo Atuarial em 31/12/2007, representado pelo Exigível Atuarial e o Fundo Previdencial, está composto conforme segue:

Valores em R\$.

EXIGÍVEL ATUARIAL	2.825.796.781,12
Provisões Matemáticas	2.825.796.781,12
Benefícios Concedidos	1.332.001.564,38
Benefícios a Conceder	1.781.760.443,54
(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	287.965.226,80
(-) Déficit Equacionado	287.965.226,80
FUNDO PREVIDENCIAL	18.876.194,74
Cobertura de Oscilação de Riscos	18.876.194,74
TOTAL	2.844.672.975,86

A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, dos 188 Participantes que não aderiram ao Saldamento, também foi determinada considerando os efeitos da Lei Nº 9.876, de 26/11/1999 (Fator Previdenciário e média dos salários de contribuição de julho de 1994 em diante) para o cálculo do valor da complementação de aposentadoria por tempo de serviço e/ou idade.

No Fundo Previdencial está constituída a conta Cobertura de Oscilação de Riscos para suportar possíveis desvios probabilísticos na ocorrência dos eventos morte, invalidez e doença, em relação ao estimado no estudo atuarial, bem como para eventual rendimento inferior ao exigido para a atualização dos benefícios concedidos.

8. DA CONCLUSÃO

O Ativo Líquido em 31/12/2007 de R\$ 2.844.672.975,86 dá cobertura integral ao Passivo Atuarial, estando o plano em perfeito equilíbrio.

Com o Saldamento eliminou-se o risco do benefício definido sofrer a imprevisibilidade do benefício a ser concedido pela Previdência Social, uma vez que para cada Participante o valor do benefício Saldado será reajustado pelo INPC (IBGE) até a data da elegibilidade, também já fixada, para o início do recebimento.

Plano de Benefícios: PLANO DE BENEFÍCIOS DO REGULAMENTO COMPLEMENTAR Nº 1

CNPB Nº: 19.780.002-19

Patrocinadoras:

BANCO NOSSA CAIXA S.A.

ECONOMUS – INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL

Data-Base: 31/12/2007

PARECER ATUARIAL

1. Do OBJETIVO

A Avaliação Atuarial teve por objetivo determinar o valor do Passivo Atuarial e as contribuições necessárias para dar liquidez financeira ao pagamento dos benefícios estabelecidos pelo Regulamento. Os resultados da avaliação estão

consignados no Balanço e no Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA 2007).

2. DO PLANO

Instituído em 01/01/1978, assegura somente os benefícios de Complementação do Auxílio-Doença e os Pecúlios por Morte e por Invalidez. A última alteração do Regulamento foi aprovada através do Ofício 2712/SPC/DETEC/CGAT, de 30/12/2005.

O plano está estruturado na forma de BENEFÍCIO DEFINIDO e o seu custeio é de responsabilidade dos Participantes e da Patrocinadora.

As complementações de aposentadoria e pensão estão a cargo da Fazenda do Estado de São Paulo, nos termos do Decreto Nº 33.754, de 09/09/1991, com exceção dos 9 Assistidos e 2 Pensões.

3. DA BASE CADASTRAL

A Avaliação Atuarial do plano de benefícios foi efetuada sobre o universo de 1.292 Participantes, 9 Assistidos e 2 Pensões, conforme os cadastros fornecidos pela Entidade e posicionados em 31/12/2007.

Os cadastros foram submetidos a testes críticos, através de análises comparativas e totalizadores de quantidade e de valores, apresentando-se consistentes.

A síntese do cadastro está conforme segue:

Quantidade de Participantes ativos	1.292
Mulheres	779
Homens	513
Tempo médio de filiação ao plano	27,95 anos
Salário de Participação médio	R\$ 4.318,47
Quantidade de Participantes Autopatrocinaados	-0-
Idade média dos Participantes Autopatrocinaados	-0-
Folha de Salário de Participação	R\$ 5.579.459,04
Quantidade de Assistidos	9
Nº de aposentadorias	8
Suplementação média	R\$ 3.014,89
Idade média	62,63 anos
Nº de aposentadorias por invalidez	1
Suplementação média	R\$ 1.829,17
Idade média	69 anos
Nº de pensões	2
Suplementação média	R\$ 669,97

4. DOS REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS

Os regimes financeiros para o financiamento dos benefícios e os métodos, estão conforme segue:

4.1. BENEFÍCIOS:

Complementação do Auxílio-Doença, Pecúlio por Morte; e Pecúlio por Invalidez.

4.1.1 Regime Financeiro: Repartição Simples

4.2.2. Método: Teoria Coletiva do Risco
Consiste na observação estatística da ocorrência dos eventos nos últimos 36 meses, com margem de confiança estatística fixada em 80%.

A sua utilização tende a custos estáveis, desde que não haja grandes alterações na pirâmide etária dos Participantes e seus dependentes. Desta forma, não se utiliza nenhuma hipótese ou premissa atuarial.

5. DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

As premissas e hipóteses atuariais são utilizadas somente no cálculo da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos dos 9 Assistidos e 2 Pensões, contingente classificado como um grupo fechado onde não mais haverá adesões. O regime de financeiro adotado é de Capitalização Plena.

Em relação ao exercício de 2006 foram efetuadas alterações das premissas e hipóteses atuariais nos itens conforme segue:

a) Alteração da Tábua IBGE 2005 para IBGE2006. A alteração da Tábua de Mortalidade deve-se à atualização da pesquisa estatística do IBGE, demonstrando uma nova realidade da expectativa de vida em todas as idades da população brasileira.

b) Alteração da redução nas taxas anuais de mortalidade de 20% para 25%.

A alteração decorre da manutenção do nível de segurança já estabelecido, visto que a nova experiência estatística do IBGE demonstrou uma redução das expectativas de vida nas idades de 68 anos em diante.

As premissas e hipóteses estão conforme segue:

• Indexador dos Benefícios Concedidos.....	INPC (IBGE)
• Taxa real anual de juros	6%
• Projeção de crescimento real de salário	φ
• INSS	φ
• Projeção de cresc. real dos benefícios do plano	φ
• Fator de determinação do valor real ao longo do tempo	
Dos salários	1
Dos benefícios da Entidade	1
Dos benefícios do INSS	1
• Hipótese sobre gerações futuras de novos entrados.....	NULA
• Hipótese sobre rotatividade	NULA
• Tábua de mortalidade geral	IBGE 2006 – Ambos os Sexos, com redução de 25% nas taxas anuais de mortalidade
• Tábua de mortalidade de inválidos	IBGE 2006 – Ambos os Sexos
• Tábua de entrada em invalidez.....	Tábua não Aplicável.

Além disso, a margem de 25% atende ao disposto na Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, onde a projeção de longevidade dos Participantes Ativos e Assistidos está adequada à respectiva massa e gera expectativas de vida completa superiores às resultantes da aplicação da Tábua AT-83.

A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder corresponde a soma dos valores de resgate a que todos os Participantes teriam direito, caso cancelassem a inscrição no plano.

No Fundo Previdencial está constituída a conta Cobertura de Oscilação de Riscos para suportar possíveis desvios probabilísticos na ocorrência dos eventos morte, invalidez e doença, em relação ao estimado no estudo atuarial, bem como para eventual rendimento inferior ao exigido para a atualização dos benefícios concedidos.

6. DO PASSIVO ATUARIAL

O Passivo Atuarial em 31/12/2007, representado pelo Exigível Atuarial e o Fundo Previdencial, está composto conforme segue:

Valores em R\$.

EXIGÍVEL ATUARIAL	9.951.559,40
Provisões Matemáticas	9.951.559,40
Benefícios Concedidos	3.866.455,76
Aposentadoria	3.484.049,16
Aposentadoria por Invalidez	203.094,46
Pensão por Morte	179.312,14
Benefícios a Conceder	6.085.103,64
FUNDO PREVIDENCIAL	2.210.866,79
Cobertura de Oscilação de Riscos	2.210.866,79
TOTAL	12.162.426,19

7. Da Conclusão

O Ativo Líquido em 31/12/2007, de R\$ 12.162.426,19, dá cobertura integral ao Passivo Atuarial, estando o plano em perfeito equilíbrio.

Plano de Benefícios: PLANO DE BENEFÍCIOS DO REGULAMENTO COMPLEMENTAR Nº 2

CNPB Nº: 19.780.003-83

Patrocinadoras:

BANCO NOSSA CAIXA S.A.

ECONOMUS – INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL

Data-Base: 31/12/2007

PARECER ATUARIAL

1. Do OBJETIVO

A Avaliação Atuarial teve por objetivo determinar o valor do Passivo Atuarial e as contribuições necessárias para dar liquidez financeira ao pagamento dos benefícios estabelecidos pelo Regulamento. Os resultados da avaliação estão consignados no Balanço e no Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA 2007).

2. Do PLANO

Instituído em 01/01/1978, assegura somente o benefício de Pecúlio por Morte. A última alteração do Regulamento foi aprovada através do Ofício 2714/SPC/DETEC/CGAT, de 30/12/2005.

O plano está estruturado na forma de BENEFÍCIO DEFINIDO e o seu custeio é de responsabilidade dos Participantes.

As complementações de aposentadoria e pensão estão a cargo da Fazenda do Estado de São Paulo, nos termos do Decreto Nº 34.531, de 09/09/1991 e da Lei Estadual nº 8.236, de 19/01/1996, com exceção das 7 Pensões.

3. DA BASE CADASTRAL

A Avaliação Atuarial do plano de benefícios foi efetuada sobre o universo de 1.632 Participantes e 7 Pensões, conforme os cadastros fornecidos pela Entidade e posicionados em 31/12/2007.

Os cadastros foram submetidos a testes críticos, através de análises comparativas e totalizadores de quantidade e de valores, apresentando-se consistentes.

A síntese do cadastro está conforme segue:

Quantidade de Participantes ativos	1.632
Mulheres	880
Homens	752
Tempo médio de filiação ao plano	28,38 anos
Salário de Participação médio	R\$ 5.298,13
Quantidade de Participantes Autopatrocina	-0-
Idade média dos Participantes Autopatrocina	-0-
Folha de Salário de Participação	R\$ 8.646.554,61
Quantidade de Assistidos	-0-
Nº de aposentadorias	-0-
Suplementação média	-0-
Idade média	-0-
Nº de aposentadorias por invalidez	-0-
Suplementação média	-0-
Idade média	-0-
Nº de pensões	7
Suplementação média	R\$ 1.978,85

4. Do REGIME FINANCEIRO E MÉTODO

O regime financeiro para o financiamento do benefício de Pecúlio por Morte e o método, estão conforme segue:

4.1. Regime Financeiro: Repartição Simples

4.2. Método: Teoria Coletiva do Risco

Consiste na observação estatística da ocorrência dos eventos nos últimos 36 meses, com margem de confiança estatística fixada em 80%. A sua utilização tende a custos estáveis, desde que não haja grandes alterações na pirâmide etária dos Participantes e seus dependentes. Desta forma, não se utiliza nenhuma hipótese ou premissa atuarial.

5. DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

As premissas e hipóteses atuariais são utilizadas somente no cálculo da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos para as 7 Pensões, contingente classificado como um grupo fechado onde não mais haverá inclusões. O regime financeiro adotado é de Capitalização Plena.

As premissas e hipóteses estão conforme segue:

• Indexador dos Benefícios Concedidos.....	INPC (IBGE)
• Taxa real anual de juros	6%
• Projeção de crescimento real de salário	φ
• INSS	φ
• Projeção de cresc. real dos benefícios do plano	φ
• Fator de determinação do valor real ao longo do tempo	
Dos salários	1
Dos benefícios da Entidade	1
Dos benefícios do INSS	1
• Hipótese sobre gerações futuras de novos entrados.....	NULA
• Hipótese sobre rotatividade	NULA
• Tábua de mortalidade geral	IBGE 2006 – Ambos os Sexos, com redução de 25% nas taxas anuais de mortalidade
• Tábua de mortalidade de inválidos	Tábua não Aplicável
• Tábua de entrada em invalidez.....	Tábua não Aplicável.

Em relação ao exercício de 2006 foram efetuadas alterações das premissas e hipóteses atuariais nos itens conforme segue:

a) Alteração da Tábua IBGE 2005 para IBGE 2006.

A alteração da Tábua de Mortalidade deve-se à atualização da pesquisa estatística do IBGE, demonstrando uma nova realidade da expectativa de vida em todas as idades da população brasileira.

a) Alteração da redução nas taxas anuais de mortalidade de 20% para 25%.

A alteração decorre da manutenção do nível de segurança já estabelecido, visto que a nova experiência estatística do IBGE demonstrou uma redução das expectativas de vida nas idades de 68 anos em diante.

Além disso, a margem de 25% atende ao disposto na Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, onde a projeção de longevidade dos Participantes Ativos e Assistidos está adequada à respectiva massa e gera expectativas de vida completa superiores às resultantes da aplicação da Tábua AT-83.

6. DO PASSIVO ATUARIAL

O Passivo Atuarial em 31/12/2007, representado pelo Exigível Atuarial e o Fundo Previdencial, está

composto conforme segue:

Valores em R\$.

EXIGÍVEL ATUARIAL	8.641.347,06
Provisões Matemáticas	8.641.347,06
Benefícios Concedidos	987.802,27
Pensão por Morte	987.802,27
Benefícios a Conceder	7.653.544,79
FUNDO PREVIDENCIAL	1.771.710,68
Cobertura de Oscilação de Riscos	1.771.710,68
TOTAL	10.413.057,74

A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder corresponde a soma dos Valores de Resgate a que todos os Participantes teriam direito, caso cancelassem a inscrição no plano.

No Fundo Previdencial está constituída a conta Cobertura de Oscilação de Riscos para suportar possíveis desvios probabilísticos na ocorrência do evento morte, em relação ao estimado no estudo atuarial, bem como para eventual rendimento inferior ao exigido para a atualização dos benefícios concedidos.

7. DA CONCLUSÃO

O Ativo Líquido em 31/12/2007, de R\$ 10.413.057,74, dá cobertura integral ao Passivo Atuarial, estando o plano em perfeito equilíbrio.

Plano de Benefícios: PLANO DE BENEFÍCIOS PREVMAIS

CNPB Nº : 060.034-29

Patrocinadoras:

BANCO NOSSA CAIXA S.A. e

ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL

Data-Base: 31/12/2007

PARECER ATUARIAL

1. Do OBJETIVO

A Avaliação Atuarial teve por objetivo determinar o valor do Passivo Atuarial e as contribuições necessárias para dar liquidez financeira ao pagamento dos benefícios estabelecidos pelo Regulamento. Os resultados da avaliação estão consignados no Balanço e no Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA 2007).

2. Do PLANO

O plano foi instituído em 01/08/2006. A última alteração do Regulamento em atendimento à Resolução CGPC nº 19/2006, foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar, através da Portaria nº 1577 de 19/07/2007.

3. DA BASE CADASTRAL

A Avaliação Atuarial foi efetuada sobre o universo de 11.133 Participantes, 6 Assistidos e 4 Pensões, conforme os cadastros fornecidos pela Entidade e posicionados em 31/12/2007.

Os cadastros foram submetidos a testes críticos, através de análises comparativas e totalizadores de quantidade e de valores, apresentando-se consistentes.

A síntese do cadastro está conforme segue:

Quantidade de Participantes ativos	11.133
Mulheres	6.481
Homens	4.652
Tempo médio de filiação ao plano	1,28 anos
Salário de Participação médio	R\$ 3.917,87
Quantidade de Participantes Autopatrocina	7
Idade média dos Participantes Autopatrocina	38,88 anos
Folha de Salário de Participação	R\$ 43.617.699,30
Quantidade de Assistidos	2
Nº de Rendas mensais	2
Valor mensal médio (% do MFI)	R\$ 291,71
Idade média	54 anos
Nº de aposentadorias por invalidez	4
Suplementação média	R\$ 1.757,86
Idade média	49,5 anos
Nº de pensões	4
Suplementação média	R\$ 487,10

4. DOS BENEFÍCIOS, MODALIDADES E REGIMES FINANCEIROS

4.1. Benefício de Aposentadoria: O benefício está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, no regime financeiro de Capitalização, pelo método de Capitalização Financeira, onde na fase de acumulação de recursos a característica é de Contribuição Definida, e é operacionalizado em quotas patrimoniais.

Quando da aquisição do direito ao benefício e o Assistido optar pelo recebimento do Montante Financeiro Individual em Renda Programada, o montante continua a ser operacionalizado em quotas patrimoniais. No caso da opção pela Renda Mensal Vitalícia, o benefício é calculado por fator atuarial, sendo neste caso considerado Benefício Definido.

4.2. Benefícios de Risco: Suplementação de Auxílio-Doença, Suplementação de Aposentadoria por Invalidez, Suplementação da Pensão por Morte e o Auxílio-Funeral.

4.2.1. Regime Financeiro: Repartição de Capital de Cobertura para a Suplementação de Aposentadoria por Invalidez e Suplementação da Pensão por Morte, e Repartição Simples para Suplementação do Auxílio-Doença e Auxílio-Funeral.

4.2.2. Método: Teoria Coletiva do Risco Consiste na observação estatística da ocorrência dos eventos nos últimos 36 meses, com margem de confiança estatística fixada em 80%.

A sua utilização tende a custos estáveis, desde que não haja grandes alterações na pirâmide etária dos Participantes e seus dependentes. Desta forma, não se utiliza nenhuma hipótese ou premissa atuarial, bem como pelo regime financeiro utilizado de Repartição, não há formação da Reserva Matemática de Benefícios a Conceder.

5. DO CUSTEIO DO PLANO

5.1. Os Benefícios de Risco são custeados paritariamente entre as Patrocinadoras, Participantes e Assistidos, através de contribuição mensal de valor correspondente a um percentual, estabelecido a cada ano, proposto no Plano de Custeio e aprovado pelo Conselho Deliberativo.

5.2. O Benefício de Aposentadoria é custeado pelo Participante, através de uma Contribuição Normal de periodicidade mensal, determinada por um percentual sobre o Salário de Benefício, livremente escolhido, entre 2% (dois por cento) e 8% (oito por cento). A Patrocinadora efetua uma Contribuição Normal de valor equivalente a 100% (cem por cento) do valor da Contribuição Normal efetuada pelo Participante.

O Participante poderá ainda efetuar Contribuição Adicional e Contribuição Voluntária, todavia as Patrocinadoras não efetuarão contrapartida dessas contribuições.

Os Participantes, Assistidos, Pensionistas e as Patrocinadoras também efetuam mensalmente uma Contribuição Coletiva destinada à cobertura das despesas administrativas.

6. DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

6.1. O benefício de Aposentadoria na fase de acumulação de recursos e quando do recebimento pelo Assistido na forma de Renda Programada, não exige a assunção de nenhuma premissa ou hipótese atuarial, dado que é operacionalizado em quotas patrimoniais, no regime de Capitalização Financeira Individual.

A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder corresponde ao somatório do Montante Financeiro Individual dos Participantes, existente em 31/12/2007. Para os 4 Assistidos recebendo a Renda Mensal em % (percentual) do Montante Financeiro Individual, a Provisão Matemática de Benefícios Concedidos corresponde ao somatório do Montante Financeiro Individual dos 4 Assistidos, inexistindo cálculo atuarial.

6.2. Para os 2 (dois) Assistidos Inválidos e 4 (quatro) Pensões o cálculo da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos está determinado com as hipóteses e premissas conforme segue:

• Indexador dos Benefícios Concedidos.....	INPC (IBGE)
• Taxa real anual de juros	6%
• Projeção de crescimento real de salário	φ
• INSS	φ
• Projeção de cresc. real dos benefícios do plano	φ
• Fator de determinação do valor real ao longo do tempo	
Dos salários	1
Dos benefícios da Entidade	1
Dos benefícios do INSS	1
• Hipótese sobre gerações futuras de novos entrados.....	NULA
• Hipótese sobre rotatividade	NULA
• Tábua de mortalidade geral	IBGE 2006 – Ambos os Sexos, com redução de 25% nas taxas anuais de mortalidade
• Tábua de mortalidade de inválidos	IBGE 2006 – Ambos os Sexos.
• Tábua de entrada em invalidez.....	Tábua não Aplicável.

pele Exigível Atuarial e o Fundo Previdencial, está composto conforme segue:

Em relação ao exercício de 2006 foram efetuadas alterações das premissas e hipóteses atuariais nos itens conforme segue:

- a) Alteração da Tábua IBGE 2005 para IBGE 2006.
A alteração da Tábua de Mortalidade deve-se à atualização da pesquisa estatística do IBGE, demonstrando uma nova realidade da expectativa de vida em todas as idades da população brasileira.
- b) Alteração da redução nas taxas anuais de mortalidade de 20% para 25%.
A alteração decorre da manutenção do nível de segurança já estabelecido, visto que a nova experiência estatística do IBGE demonstrou uma redução das expectativas de vida nas idades de 68 anos em diante.
Além disso, a margem de 25% atende ao disposto na Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, onde a projeção de longevidade dos Participantes Ativos e Assistidos está adequada à respectiva massa e gera expectativas de vida completa superiores às resultantes da aplicação da Tábua AT-83.

Valores em R\$.

EXIGÍVEL ATUARIAL	76.713.893,30
Provisões Matemáticas	76.713.893,30
Benefícios Concedidos	1.450.517,95
Renda mensal em % do MFI	29.171,48
Aposentadoria por Invalidez	1.150.191,13
Pensão por Morte	271.155,34
Benefícios a Conceder	75.263.375,35
FUNDO PREVIDENCIAL	44.844.047,47
Cobertura de Oscilação de Riscos	44.785.953,46
Saldo de Contribuição das Patrocinadoras	58.094,01
TOTAL	121.557.940,77

Para os Benefícios de Risco, está constituído o Fundo de Cobertura de Oscilação de Riscos formado pelas contribuições efetuadas pelos Participantes e pelas Patrocinadoras, não consumidas pelos riscos decorridos, e tem como finalidade suportar possíveis desvios probabilísticos na ocorrência de eventos morte, invalidez e doença, em relação ao estimado no estudo atuarial, e para um eventual rendimento inferior ao exigido para a atualização



dos benefícios de prestação continuada.

O Saldo de Contribuição das Patrocinadoras foi formado pelas contribuições efetuadas pelas Patrocinadoras e não resgatado pelo Participante quando do cancelamento da inscrição.

8. CONCLUSÃO

O Ativo Líquido em 31/12/2007, de R\$ 121.557.940,77, dá cobertura integral ao Passivo Atuarial, estando o plano em perfeito equilíbrio.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2008.

Magda Tsuê Massimoto Ardisson
Atuário - MIBA 462

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do ECONOMUS Instituto de Seguridade Social, tendo examinado o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Fluxos Financeiros, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2007 e, pautados nos pareceres dos auditores Moreira & Associados - Auditores e do ETAA - Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda., sendo que a determinação do exigível atuarial é exclusivamente de sua responsabilidade, são de opinião que as referidas peças contábeis espelham a situação contábil e patrimonial da Entidade naquela data, estando, portanto, em condições de serem submetidas à consideração do Conselho Deliberativo

São Paulo, 26 de março de 2008.

Presidente:

ITAMAR DE SOUZA MENEZES

Membros Efetivos:

FERNANDO J. ESTEVES CADAVEZ
ADRIANA PIZARRO C. VICENTE
MAX FREDDY FRAUDENDORF

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo do Economus Instituto de Seguridade Social, no uso da competência de que trata o inciso XIII, do artigo 21 do Estatuto da Entidade examinaram o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Fluxos Financeiros, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2007 e pautados nos pareceres dos auditores independentes Moreira & Associados – Auditores, ETAA – Escritório Técnico de Assessoria Atuarial e do Conselho Fiscal do Instituto, concluíram que as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Entidade, contemplando os negócios e as atividades desenvolvidas no exercício examinado, razão pela qual aprovam o referido Relatório Anual de Atividades e as Demonstrações Contábeis e de Resultados do exercício de 2007.

São Paulo, 27 de março de 2008.

Presidente:

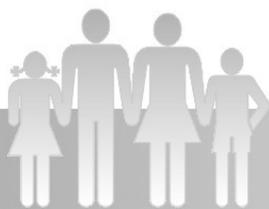
JOÃO BRAZ TRENTINO

Membro:

ANTONIO AMOS MASTRANGI
WILSON SEGATELLI
JOSÉ WELLINGTON GOMES NICOLAU
DEJAIR BESSON
JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA



**RELATÓRIO ANUAL - 2007
GESTÃO DOS INVESTIMENTOS**



Missão:
Oferecer Previdência e Assistência com Qualidade

Srs. Participantes, Assistidos e Autopatrocinados,

O Relatório Anual de Gestão de Recursos dos Planos de Benefícios tem por objetivo divulgar informações sobre os investimentos visando, com isto, atender às disposições contidas na Resolução nº 23, de 06/12/2006, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, que discorre sobre os procedimentos a serem observados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs) na divulgação de informações aos participantes dos planos de benefícios de caráter previdenciário.

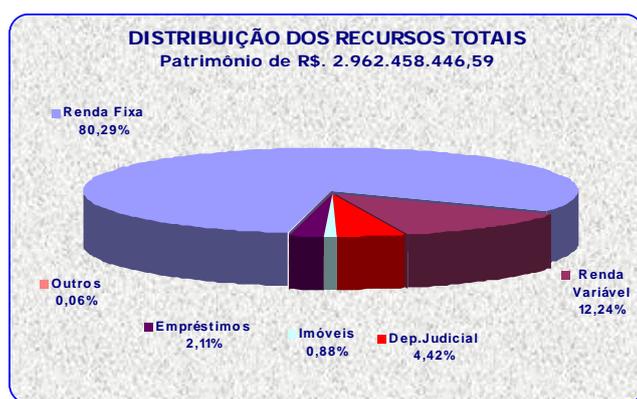
Essas informações circulam sobre os elementos contidos nas políticas de investimentos, nas quais são traçados os objetivos e critérios adotados para cada plano de benefícios, assim como provê uma descrição detalhada dos recursos constantes dos Demonstrativos de Investimentos, sendo esse um instrumento amplamente utilizado pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC) para aferição das medidas adotadas pelas EFPCs e seus desdobramentos no que tange à evolução e composição dos patrimônios.

Neste sentido, como forma de subsidiar a interpretação das informações, realizamos uma abordagem sobre o desempenho obtido em cada plano de benefícios, a aderência da gestão dos recursos às premissas estabelecidas na Política de Investimentos, bem como a evolução e o enquadramento dos recursos. O relatório contempla, ainda, entre outras informações, os custos incorridos com a administração de recursos e a DNP – Divergência Não Planejada que o instrumento de medida de risco.

Salientamos que na administração dos recursos são adotados procedimentos de controle operacionais que visam à valorização da transparência e otimização do desempenho. Para tanto são observados limites de risco, liquidez e diversificação de ativos, estrutura de custos da administração dos recursos, dentre outros elementos, com intuito de proporcionar melhores resultados e preservação do patrimônio.

Outros detalhes sobre as carteiras de investimentos dos planos de benefícios, assim como as informações descritas neste relatório, poderão ser obtidos na íntegra na página eletrônica do Economus, no site www.economus.com.br ou solicitadas ao Departamento de Marketing e Comunicação do Economus.

1 - Distribuição dos Investimentos em dezembro/2007



Ao longo de 2007, a posição patrimonial consolidada apresentou uma evolução nominal de 18,44% quando comparado com o patrimônio do mesmo mês do exercício anterior que, na oportunidade, registrava o montante de R\$. 2.501.140.928,76.

2 – Sumário Executivo das Políticas de Investimentos

Em cumprimento com o disposto na legislação vigente, apresentamos o Resumo das Políticas de Investimentos, cuja premissa central é estabelecer diretrizes e procedimentos a serem observados pela administração do Economus na aplicação dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas

vinculadas aos Planos de Benefícios, com vistas a promover o equilíbrio econômico-financeiro entre os ativos e os respectivos passivos, assim como com as demais obrigações.

Os planos de benefícios abaixo elencados estão identificados pelo Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios (CNPB) registrado junto à Secretaria de Previdência Complementar (SPC) com os respectivos *benchmarks*, que são os indicadores de referência de desempenho adotados pelo Economus nas políticas de investimentos para aferir o desempenho dos investimentos.

CNPB	Planos de Benefícios	Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência
1978000138	Regulamento Geral - Plano C	INPC + 6% ao ano
2006003429	Contribuição Variável - Prevmais	100% do CDI
1978000219	Regulamento Complementar nº 1 - Plano B	INPC + 6% ao ano
1978000138	Regulamento Complementar nº 2 - Plano A	INPC + 6% ao ano

3 - Vigência das Políticas de Investimentos

Nesses documentos, o Economus detalha os principais pontos da estratégia de investimento que irão vigorar no período de 2008 até 2012, que poderão ser submetidos a revisões anuais ou em períodos inferiores a este, sempre que necessário, com o intuito de preservar as condições de segurança, rentabilidade, solvência e liquidez dos investimentos por conta da conjuntura econômica vigente, modificações promovidas no passivo ou alteração legal.

4 - Objetivos da Gestão

A definição dos objetivos da gestão para os Planos de Benefícios está revestida em uma estratégia de ação de longo prazo, baseada na elaboração de critérios objetivos para avaliação, acompanhamento e gerenciamento dos recursos, dos gestores contratados e das medidas empregadas no processo de investimentos (aplicações) e de desinvestimentos (resgates).

Dentro desse contexto, a técnica adotada para definir os objetivos da gestão do plano deve estar alinhada com as seguintes premissas básicas:

- I - Proporcionar a manutenção do equilíbrio atuarial do plano por meio de aquisição de títulos e valores mobiliários, observando as margens de alocações atribuídos nesta política de investimentos;
- II - Buscar instrumentos financeiros que contribuam para alcançar a expectativa de rentabilidade traçada para cada perfil de investimento vinculado ao plano de benefícios - PREVMAIS;
- III - Atingir, dentro de princípios que valorizem a prudência e a segurança, a micro e macro alocações previamente definidas, assim como alcançar o retorno esperado traçado para o plano;
- IV - Buscar instrumentos financeiros que contribuam para a preservação patrimonial e que proporcionem a perenidade do plano de benefícios;
- V - Construir hipóteses de cenários macroeconômicos alinhados com as perspectivas vigentes no mercado;
- VI - Gerenciar as carteiras de investimentos de forma que minimizem a probabilidade de ocorrência de falta de liquidez para atendimento dos compromissos de curto e médio prazos;
- VII - Adotar procedimentos que se mostrem eficientes no tocante ao controle de risco de mercado, de crédito, sistêmico e de precificação de ativos.

5 - Critérios de Macro/Micro Alocação e as Margens de Alocação dos Recursos

Destacamos que a macro alocação "objetivo" definida para os ativos corresponde à distribuição pretendida dos recursos entre os segmentos (renda fixa, renda variável, empréstimos e imóveis) e a micro alocação está vinculada às aplicações dentro dos segmentos que são denominadas de "carteiras", que possuem a função de otimizar a combinação de títulos e valores mobiliários permitidos pela legislação. As margens de alocação se referem à atribuição de limites inferiores e

superiores às carteiras, oferecendo, com isto, flexibilidade à administração, no sentido de aproveitar as oportunidades ou diminuir as posições conforme as condições oferecidas pelo mercado.

Nesse contexto, apresentamos nas tabelas abaixo a distribuição percentual dos recursos dos planos traçados para o exercício de 2008.

I – Regulamento Geral – Plano C

PLANO C		Margens de Alocação				
Segmentos	Macro Alocação Objetivo	Carteira	Micro Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	77,17%	Baixo Risco de Crédito	77,17%	60,80%	97,50%	100,00%
		Médio Risco de Crédito	0,00%	0,00%	5,00%	
		Alto Risco de Crédito	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%
		Operações com Derivativos	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Renda Variável	18,90%	Ações em Mercado	18,05%	0,00%	23,00%	50,00%
		Participações	0,85%	0,00%	3,00%	20,00%
		Operações com Derivativos	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Imóveis	0,98%	Aluguéis e Renda	0,62%	0,00%	1,20%	11,00%
		Fundos Imobiliários	0,37%	0,00%	1,00%	
Empréstimos	2,95%	Empréstimos a Participantes	2,95%	2,50%	6,00%	15,00%

II – Contribuição Variável – Prevmias – Perfil Conservador

PREVMAIS		Margens de Alocação				
Segmentos	Macro Alocação Objetivo	Carteira	Micro Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	98,02%	Baixo Risco de Crédito	98,02%	85,00%	100,00%	100,00%
		Médio Risco de Crédito	0,00%	0,00%	5,00%	
		Alto Risco de Crédito	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%
		Operações com Derivativos	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Empréstimos	1,98%	Empréstimos a Participantes	1,98%	0,00%	10,00%	15,00%

III – Regulamento Complementar nº 1 – Plano B

PLANO B		Margens de Alocação				
Segmento	Macro Alocação Objetivo	Carteira	Micro Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	100,00%	Baixo Risco de Crédito	100,00%	95,00%	100,00%	100,00%
		Médio Risco de Crédito	0,00%	0,00%	5,00%	
		Alto Risco de Crédito	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%
		Operações com Derivativos	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%

IV – Regulamento Complementar nº 2 – Plano A

PLANO A		Margens de Alocação				
Segmento	Macro Alocação Objetivo	Carteira	Micro Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	100,00%	Baixo Risco de Crédito	100,00%	95,00%	100,00%	100,00%
		Médio Risco de Crédito	0,00%	0,00%	5,00%	20,00%
		Alto Risco de Crédito	0,00%	0,00%	0,00%	
		Operações com Derivativos	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%

6 – Diversificação das Carteiras de Investimentos

Adicionalmente às diretrizes determinadas pela legislação aplicável às EFPCs, o Economus estabelece critérios de enquadramento que visam a ressaltar a importância da diversificação dos recursos dos Planos como um fator de mitigação de risco.

Os percentuais atribuídos nas tabelas abaixo identificam de forma resumida as condições a serem observadas ao longo da vigência das políticas e ressaltam a importância em respeitar os limites das margens de alocação, sendo estes aplicados aos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas (RGRTs) do plano de benefícios em análise.

I – Limites dos Ativos por Planos de Benefícios

Tipo	Planos de Benefícios	Baixo Risco de Crédito Até	Médio Risco de Crédito Até	Alto Risco de Crédito Até
Instituição Não Financeira	Planos C, B, A e Prevmais	10,00%	5,00%	0,00%
Instituição Financeira	Planos C, B, A e Prevmais	15,00%	0,00%	0,00%
Fundos de Invest. Direitos Creditórios	Planos C, B, A e Prevmais	20,00%	3,00%	0,00%

Tipo	Planos de Benefícios	Por Capital Votante Até	Por Capital Total Até	RGRTs Até
Companhias Abertas	Planos C, B, A e Prevmais	15,00%	15,00%	5,00%

Tipo	Planos de Benefícios	Por Projeto (1)	(1) + Inversões da Patrocinadora
Sociedades de Propósito Específico	Planos C, B, A e Prevmais	15,00%	40,00%

Tipo	Planos de Benefícios	Por Imóvel	PL do Fundo
Imóveis	Planos C	5,00%	20,00%
	Prevmais e Planos B e A	0,00%	0,00%

7 – Critérios de Contratação de Gestores de Recursos

O Economus adota, entre outros critérios, os seguintes procedimentos para avaliar periodicamente o desempenho e a consistência de resultados, com a finalidade de contratar gestores de recursos no mercado.

Critério de Contratação	
Qualitativos	Quantitativos
Histórico da Empresa e dos Controladores	Rentabilidade Histórica Auferida
Práticas de Marcação a Mercado	Riscos Incorridos
Estrutura de Suporte e de Controle	Custos
	Total de Recursos Administratos

8 – Definição do Cenário Macroeconômico

Para a elaboração dos cenários de curto (2008), médio (2009 a 2012) e longo prazos (2013 em diante), o Economus buscou obter consenso entre os diversos agentes de mercado, onde a técnica consiste em formular algumas questões e encaminhá-las a diversas instituições financeiras e consultores especializados na prospecção de indicadores macroeconômicos.

Em análise dos conjunturais, o Comitê Financeiro identifica as premissas internas em conformidade com os objetivos e compromissos do plano para o período, elabora um cenário econômico interno e submete-o a apreciação e deliberação da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo. O resultado desse critério se traduz nas premissas abaixo, que servirão para definição da macro-alocação dos planos de benefícios.

Cenário Macro-Econômico - Nominal (% ao ano)

Indicadores	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo
	2008	2009 a 2012	A partir de 2013
Taxa Selic (média)	11,02%	9,73%	8,90%
PIB	4,30%	4,25%	4,00%
Bolsa de Valores	17,00%	13,08%	12,50%
IGP-M	4,15%	4,00%	3,95%
INPC	4,10%	4,10%	3,85%

9 – Resumo do Demonstrativo dos Investimentos

Nas tabelas comparativas das alocações temos a distribuição dos investimentos, bem como a sua composição por segmentos e carteiras distribuídas ao final de 2006 e 2007.

I - Comparativo de Alocações – Posição Consolidada

Posição Patrimonial Consolidada - Análise Comparativa				
Modalidades de Investimentos	Posição em 31/12/2006		Posição em 31/12/2007	
	%	Valores em R\$	%	Valores em R\$
Segmento de Renda Fixa	83,36%	2.084.976.552,33	80,29%	2.378.691.745,72
Fundos de Investimento	19,01%	475.399.547,26	16,18%	479.331.133,52
Títulos Públicos - Governo Federal	55,89%	1.397.787.424,75	52,08%	1.542.976.910,00
Títulos Privados - Instituição Financeiras	7,22%	180.533.009,94	10,92%	323.413.264,60
Títulos Privados - Empresas	1,25%	31.256.570,38	1,11%	32.970.437,60
Segmento de Renda Variável	8,48%	212.061.846,76	12,24%	362.702.976,73
Ações em Mercado - Carteira Própria	3,72%	92.945.888,46	4,14%	122.703.667,37
Ações em Mercado - Carteira Administrada	4,33%	108.351.135,03	3,46%	102.499.744,55
Ações em Mercado - Fundos de Ações	0,43%	10.764.823,27	4,60%	136.398.530,61
Fundo de Invest. em Participações	0,00%	-	0,04%	1.101.034,20
Segmento de Imóveis	1,07%	26.772.601,74	0,88%	25.942.866,26
Imóveis para Locação	0,66%	16.603.564,56	0,54%	15.906.629,71
Fundos de Investimento Imobiliário	0,41%	10.169.037,18	0,34%	10.036.236,55
Segmento de Empréstimos	2,10%	52.410.768,70	2,11%	62.545.765,02
Empréstimos à Participantes	2,10%	52.410.768,70	2,11%	62.545.765,02
Total dos Investimentos	95,01%	2.376.221.769,53	95,52%	2.829.883.353,73
Outros Recursos				
Participação Corseg	0,05%	1.302.138,02	0,04%	1.133.028,50
Financiamento FEAS	0,00%	1.385,04	0,00%	-
Depósito Judicial - Ambev	0,06%	1.417.532,35	0,05%	1.545.188,56
Depósitos Judiciais Contingenciais	4,64%	116.057.141,16	4,36%	129.299.350,14
Conta Movimento	0,25%	6.140.962,66	0,02%	597.525,66
Total Geral	100,00%	2.501.140.928,76	100,00%	2.962.458.446,59
Variação Nominal no Período				18,44%
Recursos Garantidores das Reservas técnicas		2.387.517.466,79		2.834.630.732,18

II - Comparativo de Alocações - Regulamento Geral – Plano C

Posição Patrimonial - Análise Comparativa Plano C				
Modalidades de Investimentos	Posição em 31/12/2006		Posição em 31/12/2007	
	%	Valores em R\$	%	Valores em R\$
Segmento de Renda Fixa	85,62%	1.775.836.529,41	81,02%	1.962.666.556,63
Fundos de Investimento	11,19%	232.135.118,36	7,71%	186.854.196,93
Títulos Públicos - Governo Federal	67,37%	1.397.343.305,53	63,70%	1.542.976.910,00
Títulos Privados - Instituição Financeiras	5,55%	115.101.535,14	8,25%	199.865.012,10
Títulos Privados - Empresas	1,51%	31.256.570,38	1,36%	32.970.437,60
Segmento de Renda Variável	10,22%	212.061.846,76	14,97%	362.702.976,73
Ações em Mercado - Carteira Própria	4,48%	92.945.888,46	5,07%	122.703.667,37
Ações em Mercado - Carteira Administrada	5,22%	108.351.135,03	4,23%	102.499.744,55
Ações em Mercado - Fundos de Ações	0,52%	10.764.823,27	5,63%	136.398.530,61
Fundo de Invest. em Participações	0,00%	-	0,05%	1.101.034,20
Segmento de Imóveis	1,29%	26.772.601,74	1,07%	25.942.866,26
Imóveis para Locação	0,80%	16.603.564,56	0,66%	15.906.629,71
Fundos de Investimento Imobiliário	0,49%	10.169.037,18	0,41%	10.036.236,55
Segmento de Empréstimos	2,53%	52.410.768,70	2,58%	62.432.115,45
Empréstimos à Participantes	2,53%	52.410.768,70	2,58%	62.432.115,45
Total dos Investimentos	99,66%	2.067.081.746,61	99,64%	2.413.744.515,07
Outros Recursos				
Depósito Judicial - Ambev	0,07%	1.417.532,35	0,06%	1.545.188,56
Depósitos Judiciais + Conta Movimento	0,27%	5.592.541,11	0,29%	7.102.260,69
Total Geral	100,00%	2.074.091.820,07	100,00%	2.422.391.964,32
Variação Nominal no Período				16,79%
Recursos Garantidores das Reservas técnicas		2.071.428.850,56		2.414.462.433,24

III - Comparativo de Alocações – Contribuição Variável – Prevmais

Posição Patrimonial - Análise Comparativa Prevmais				
Modalidades de Investimentos	Posição em 31/12/2006		Posição em 31/12/2007	
	%	Valores em R\$	%	Valores em R\$
Segmento de Renda Fixa	99,98%	37.786.045,72	99,90%	130.320.867,86
Fundos de Investimento em Cotas - FICs	64,70%	24.453.637,60	64,55%	84.207.103,94
Títulos Públicos - Governo Federal	0,00%	-	0,00%	-
Títulos Privados - Instituição Financeiras	35,28%	13.332.408,12	35,35%	46.113.763,92
Títulos Privados - Empresas	0,00%	-	0,00%	-
Segmento de Empréstimos	0,00%	-	0,09%	113.649,57
Empréstimos à Participantes	0,00%	-	0,09%	113.649,57
Total dos Investimentos	99,98%	37.786.045,72	99,98%	130.434.517,43
Outros Recursos				
Conta Movimento	0,02%	6.597,71	0,02%	20.736,10
Total Geral	100,00%	37.792.643,43	100,00%	130.455.253,53
Variação Nominal no Período				245,19%
Recursos Garantidores das Reservas técnicas		37.792.542,62		121.549.539,19

IV - Comparativo de Alocações - Regulamento Complementar nº 1 – Plano B

Posição Patrimonial - Análise Comparativa Plano B				
Modalidades de Investimentos	Posição em 31/12/2006		Posição em 31/12/2007	
	%	Valores em R\$	%	Valores em R\$
Segmento de Renda Fixa	98,86%	12.605.862,48	82,23%	11.929.162,70
Fundos de Investimento	77,96%	9.939.750,01	61,59%	8.935.071,19
Títulos Privados - Instituição Financeiras	20,91%	2.666.112,47	20,64%	2.994.091,51
Total dos Investimentos	98,86%	12.605.862,48	82,23%	11.929.162,70
Outros Recursos				
Depósitos Judiciais + Conta Movimento	1,14%	144.734,36	17,77%	2.577.843,56
Total Geral	100,00%	12.750.596,84	100,00%	14.507.006,26
Variação Nominal no Período				13,78%
Recursos Garantidores das Reservas técnicas		12.606.330,74		11.912.714,11

V - Comparativo de Alocações - Regulamento Complementar nº 2 – Plano A

Posição Patrimonial - Análise Comparativa Plano A				
Modalidades de Investimentos	Posição em 31/12/2006		Posição em 31/12/2007	
	%	Valores em R\$	%	Valores em R\$
Segmento de Renda Fixa	97,67%	9.354.246,16	96,81%	9.871.348,32
Fundos de Investimento	76,51%	7.327.947,26	74,44%	7.590.061,28
Títulos Privados - Instituição Financeiras	21,16%	2.026.298,90	22,37%	2.281.287,04
Total dos Investimentos	97,67%	9.354.246,16	96,81%	9.871.348,32
Outros Recursos				
Depósitos Judiciais Contingenciais	2,33%	223.568,32	3,19%	324.864,54
Total Geral	100,00%	9.577.814,48	100,00%	10.196.212,86
Varição Nominal no Período				6,46%
Recursos Garantidores das Reservas técnicas		9.354.549,71		9.818.993,34

VI - Comparativo de Alocações – Programa Administrativo

Posição Patrimonial - Análise Comparativa Administrativo				
Modalidades de Investimentos	Posição em 31/12/2006		Posição em 31/12/2007	
	%	Valores em R\$	%	Valores em R\$
Segmento de Renda Fixa	51,17%	9.084.817,29	35,35%	5.730.311,81
Fundos de Investimento em Cotas - FICs	23,54%	4.179.189,88	4,41%	715.617,60
Títulos Públicos - Governo Federal	2,50%	444.119,22	0,00%	-
Títulos Privados - Instituição Financeiras	25,13%	4.461.508,19	30,93%	5.014.694,21
Total dos Investimentos	51,17%	9.084.817,29	35,35%	5.730.311,81
Outros Recursos				
Participação Corseg	7,33%	1.302.138,02	6,99%	1.133.028,50
Depósitos Judiciais Contingenciais	41,49%	7.366.647,26	57,66%	9.348.396,78
Total Geral	100,00%	17.753.602,57	100,00%	16.211.737,09
Varição Nominal no Período				-8,68%
Recursos Garantidores das Reservas técnicas		10.199.167,58		18.843.126,97

VII - Comparativo de Alocações – Programa Assistencial

Posição Patrimonial - Análise Comparativa Assistencial				
Modalidades de Investimentos	Posição em 31/12/2006		Posição em 31/12/2007	
	%	Valores em R\$	%	Valores em R\$
Segmento de Renda Fixa	68,82%	240.309.051,27	70,02%	258.173.498,40
Fundos de Investimento em Cotas - FICs	56,52%	197.363.904,15	51,81%	191.029.082,58
Títulos Públicos - Governo Federal	0,00%	-	0,00%	-
Títulos Privados - Instituição Financeiras	12,30%	42.945.147,12	18,21%	67.144.415,82
Total dos Investimentos	68,82%	240.309.051,27	70,02%	258.173.498,40
Outros Recursos				
Financiamento FEAS	0,00%	1.385,04	0,00%	-
Depósitos Judiciais Contingenciais	31,18%	108.864.015,06	29,98%	110.522.774,13
Total Geral	100,00%	349.174.451,37	100,00%	368.696.272,53
Varição Nominal no Período				5,59%
Recursos Garantidores das Reservas técnicas		246.136.025,58		258.043.925,33

10 – Aderência da Gestão dos Recursos às Metas Estabelecidas – Previsto X Realizado

A seguir temos os “Quadros do Planejamento dos Investimentos” que apresenta os resultados auferidos e comparados com a projeção orçamentária de cada Plano de Benefícios até 31/12/07, onde é possível estabelecer uma análise paralela com a posição de fechamento de mesma data. Essas tabelas abaixo foram construídas com o objetivo de possibilitar uma leitura rápida da distribuição da macro-alocação “prevista” e “realizada” dos patrimônios, facilitando, com isto, a comparação visual dos percentuais de alocação e os respectivos deslocamentos, que ficaram dentro dos limites atribuídos na Política de Investimentos para cada segmento/carteira.

I - Planejamento Financeiro e Alocações dos Investimentos – Plano C

MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	POSIÇÃO EM 30/06/2007		POSIÇÃO PARA 31/12/2007 Com Entradas e Saídas TARGET					Posição em: 31/12/2007	
	%	PLANO C	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE RES. 3456	ALOCAÇÃO OBJETIVO	PLANO C	%	PLANO C
SEGMENTO DE RENDA FIXA	82,49%	1.837.390.524,60	67,80%	98,10%	100,00%	80,45%	1.864.858.198,10	81,31%	1.962.666.556,63
Carteira de Baixo Risco de Crédito	82,49%	1.837.390.524,60	67,80%	98,10%	100,00%	80,45%	1.864.858.198,10	81,31%	1.962.666.556,63
Gestão Indireta	9,65%	214.990.260,72				15,33%	355.404.696,21	7,74%	186.854.196,93
Gestão Direta	72,84%	1.622.400.263,88				65,11%	1.509.453.501,90	73,57%	1.775.812.359,70
SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	13,62%	303.440.814,41	0,00%	20,00%	35,00%	15,53%	360.065.532,35	15,03%	362.702.976,73
Carteira de Ações em Mercado	13,57%	302.237.557,98	0,00%	17,00%	35,00%	14,97%	347.145.691,54	14,98%	361.601.942,53
Carteira de Participações	0,05%	1.203.256,43	0,00%	3,00%	20,00%	0,56%	12.919.840,81	0,05%	1.101.034,20
SEGMENTO DE IMÓVEIS	1,19%	26.422.239,52	0,00%	2,20%	11,00%	1,13%	26.259.061,02	1,07%	25.942.866,26
SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS	2,70%	60.066.961,53	1,90%	5,00%	15,00%	2,89%	66.988.908,64	2,59%	62.432.115,45
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	100,00%	2.227.320.540,06				100,00%	2.318.171.700,11	100,00%	2.413.744.515,07
OUTRAS OPERAÇÕES									
Depósitos Judiciais + Conta Movimento		7.878.363,24					8.063.496,12		8.647.449,25
TOTAL GERAL		2.235.198.903,30					2.326.235.196,23		2.422.391.964,32

II - Planejamento Financeiro e Alocações dos Investimentos – Prevmais – (Excluído programa administrativo)

MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	POSIÇÃO EM 30/06/2007		POSIÇÃO PARA 31/12/2007 Com Entradas e Saídas TARGET					Posição em: 31/12/2007	
	%	PREVMAIS	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE RES. 3456	ALOCAÇÃO OBJETIVO	PREVMAIS	%	PREVMAIS
SEGMENTO DE RENDA FIXA	100,00%	73.349.333,52	80,00%	100,00%	100,00%	94,34%	110.748.243,17	99,91%	121.227.740,45
Carteira de Baixo Risco de Crédito	100,00%	73.349.333,52	80,00%	100,00%	100,00%	94,34%	110.748.243,17	99,91%	121.227.740,45
Gestão Indireta	68,10%	49.952.365,22				62,84%	73.768.307,23	64,01%	77.675.920,58
Gestão Direta	31,90%	23.396.968,30				31,50%	36.979.935,94	35,89%	43.551.819,87
SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL			0,00%	0,00%	35,00%				
SEGMENTO DE IMÓVEIS			0,00%	0,00%	11,00%				
SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS			0,00%	15,00%	15,00%	5,66%	6.643.156,74	0,09%	113.649,57
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	100,00%	73.349.333,52				100,00%	117.391.399,91	100,00%	121.341.390,02
OUTRAS OPERAÇÕES									
Depósitos Judiciais + Conta Movimento		62.867,68					64.345,00		18.455,01
TOTAL GERAL		73.412.201,20					117.455.744,91		121.359.845,03

III - Planejamento Financeiro e Alocações dos Investimentos – Plano B

MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	POSIÇÃO EM 30/06/2007		POSIÇÃO PARA 31/12/2007 Com Entradas e Saídas TARGET					Posição em: 31/12/2007	
	%	PLANO B	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE RES. 3456	ALOCAÇÃO OBJETIVO	PLANO B	%	PLANO B
SEGMENTO DE RENDA FIXA	100,00%	13.269.076,93	80,00%	100,00%	100,00%	100,00%	14.180.434,06	100,00%	11.929.162,70
Carteira de Baixo Risco de Crédito	100,00%	13.269.076,93	80,00%	100,00%	100,00%	100,00%	14.180.434,06	100,00%	11.929.162,70
Gestão Indireta	78,65%	10.436.511,09				75,97%	10.773.562,67	74,90%	8.935.071,19
Gestão Direta	21,35%	2.832.565,84				24,03%	3.406.871,39	25,10%	2.994.091,51
SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL			0,00%	0,00%	35,00%				
SEGMENTO DE IMÓVEIS			0,00%	0,00%	11,00%				
SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS			0,00%	15,00%	15,00%				
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	100,00%	13.269.076,93				100,00%	14.180.434,06	100,00%	11.929.162,70
OUTRAS OPERAÇÕES									
Depósitos Judiciais + Conta Movimento		242.315,32					248.009,46		2.577.843,56
TOTAL GERAL		13.511.392,25					14.428.443,53		14.507.006,26

IV - Planejamento Financeiro e Alocações dos Investimentos – Plano A

MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	POSIÇÃO EM 30/06/2007		POSIÇÃO PARA 31/12/2007 Com Entradas e Saídas TARGET					Posição em: 31/12/2007	
	%	PLANO A	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE RES. 3456	ALOCAÇÃO OBJETIVO	PLANO A	%	PLANO A
SEGMENTO DE RENDA FIXA	100,00%	9.179.094,36	80,00%	100,00%	100,00%	100,00%	10.425.204,67	100,00%	9.871.348,32
Carteira de Baixo Risco de Crédito	100,00%	9.179.094,36	80,00%	100,00%	100,00%	100,00%	10.425.204,67	100,00%	9.871.348,32
Gestão Indireta	76,52%	7.023.464,67				75,34%	7.854.444,55	76,89%	7.590.061,28
Gestão Direta	23,48%	2.155.629,69				24,66%	2.570.760,12	23,11%	2.281.287,04
SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL			0,00%	0,00%	35,00%				
SEGMENTO DE IMÓVEIS			0,00%	0,00%	11,00%				
SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS			0,00%	15,00%	15,00%				
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	100,00%	9.179.094,36				100,00%	10.425.204,67	100,00%	9.871.348,32
OUTRAS OPERAÇÕES									
Depósitos Judiciais + Conta Movimento		121.998,99					124.865,83		324.864,54
TOTAL GERAL		9.301.093,35					10.550.070,50		10.196.212,86

11 – Listagem dos Investimentos

Demonstra-se a seguir a listagem dos investimentos segregados por Planos de Benefícios e seus respectivos valores registrados em cada uma das modalidades em 31/12/2007.

I - Listagem dos Investimentos – Plano C

Seção I - Fundos de Investimento - Renda Fixa - Gestão Indireta		186.854.196,93	7,71%
Citibank DTVM S/A	Citibank FI Renda Fixa Eco	36.774.384,88	1,52%
Banco Itau S/A	Itaú Erix Previdenciário RF FI	30.663.834,34	1,27%
Mellon DTVM S/A	Icatu Hartford Gold Eco Renda Fixa FI	30.493.387,03	1,26%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	UBS Pactual Select Bolsa FI Multimercado	14.915.981,56	0,62%
Banco Fator S/A	FI Fator Extra Multimercado	11.424.451,24	0,47%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	UBS Pactual Capital Markets	9.892.551,31	0,41%
Intrag DTVM S/A	FIDC Daycoval	9.367.069,80	0,39%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	FIDC Bonsucesso	8.449.308,80	0,35%
Mellon DTVM S/A	FIDC BMG V	8.415.125,41	0,35%
Oliveira Trust S/A	FIDC Omni	7.304.318,38	0,30%
Banco Itau S/A	FIDC CESP II	5.522.333,27	0,23%
J Malucelli S/A	FIDC Paraná I	4.241.197,42	0,18%
Votorantim Asset Management S/A	FIDC Paulista	3.300.000,00	0,14%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	UBS Pactual Institucional Dinâmico	3.067.555,40	0,13%
Mellon DTVM S/A	FIDC Credibel II	3.022.698,09	0,12%
Seção II - Fundos de Investimento - Renda Variável - Gestão Indireta		137.499.564,81	5,68%
BRAM - Bradesco Asset Management S/A	Bradesco FIA Dividendos	36.952.936,27	1,53%
BRAM - Bradesco Asset Management S/A	Bradesco Small Caps	26.451.768,08	1,09%
Schroder I. DTVM	Schroder Eco Plus FIA	18.809.082,74	0,78%
Banco Fator S/A	Fator Sinergia III FIA	16.948.636,18	0,70%
Banco Safra S/A	Safra Setorial Bancos - FI em Ações	15.347.540,72	0,63%
Mellon DTVM S/A	Mellon Income FIA	13.136.456,95	0,54%
Mellon DTVM S/A	Fama Challenger FIA	8.752.109,67	0,36%
Intrag DTVM S/A	Capital Mezanino - Fundo Participações	1.101.034,20	0,05%
Seção III - Títulos Privados sob Gestão Direta		232.835.449,70	9,61%
Petrobrás S/A	Debêntures Privadas	31.758.541,37	1,31%
BIC Banco S/A	CDB - Pos - Selic	32.346.153,29	1,34%
Banco Daycoval S/A	CDB - Pos - Selic	30.104.673,39	1,24%
Banco Sofisa S/A	CDB - Pos - Selic	26.860.041,23	1,11%
Banco Votorantim S/A	Op. Compromissada	21.058.140,36	0,87%
Banco Cacique S/A	CDB - Pos - Selic	12.581.598,39	0,52%
Banco Fibra S/A	CDB - Pos - Selic	11.496.815,64	0,47%
Banco Pine S/A	CDB - Pos - Selic	10.252.849,54	0,42%
Banco Bradesco S/A	CDB - Pos - Selic	10.113.791,04	0,42%
Banco BBM S/A	CDB - Pos - Selic	10.091.202,66	0,42%
Banco Industrial S/A	CDB - Pos - Selic	9.422.488,53	0,39%
IBI BanK S/A	CDB - Pos - Selic	6.674.476,21	0,28%
Banco ABC Brasil S/A	CDB - Pos - Selic	6.674.476,21	0,28%
Banco Votorantim S/A	CDB - Pos - Selic	5.041.758,39	0,21%
Banco Panamericano S/A	CDB - Pos - Selic	3.659.287,19	0,15%
Banco Indusval S/A	CDB - Pos - Selic	3.487.260,03	0,14%
Cia. Itauleasing de Arrendamento Mercantil	Debêntures Privadas	923.154,00	0,04%
Nova Marlim Petróleo S/A	Debêntures Privadas	288.742,23	0,01%
Seção IV - Títulos Públicos sob Gestão Direta		1.542.976.910,00	63,70%
Tesouro Nacional	NTN-C _ Títulos Mantidos até o Vencto.	1.430.769.050,41	59,06%
Tesouro Nacional	NTN-C _ Títulos para Negociação	26.375.196,58	1,09%
Tesouro Nacional	NTN-B _ Títulos Mantidos até o Vencto.	64.034.125,57	2,64%
Tesouro Nacional	Letras Financeiras do Tesouro	21.798.537,44	0,90%

Seção V - Ações em Mercado sob Gestão Direta		122.703.667,37	5,07%
VALE DO RIO DOCE	PNA	28.238.688,00	1,17%
PETROBRAS	ON	22.287.854,00	0,92%
PETROBRAS	PN	15.246.400,00	0,63%
BRASESCO	PN	9.582.061,12	0,40%
AMBEV	PN	7.174.305,60	0,30%
VOTORANTIM S.A.	PN	5.614.113,00	0,23%
BANCO ITAU S/A	PN	5.366.160,00	0,22%
BANCO NOSSA CAIXA S.A.	ON	4.342.501,08	0,18%
ARACRUZ	PNB	4.084.650,00	0,17%
CEMIG	PN	3.810.774,00	0,16%
CIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ	ON	3.015.558,00	0,12%
METALURGICA GERDAU	PN	2.793.835,00	0,12%
ELETROBRAS	PNB	2.720.277,00	0,11%
GERDAU	PN	2.571.858,00	0,11%
USIMINAS	PNA	2.466.571,50	0,10%
ITAUSA	PN	2.048.438,07	0,08%
EMPRESA BRASILEIRA DE AERONAUTICA S/A	ON	1.339.623,00	0,06%
Seção VI - Ações em Mercado Carteira Administrada - Gestão Indireta		102.499.744,55	4,23%
PETROBRAS	PN	18.265.584,68	0,75%
VALE DO RIO DOCE	PNA	15.558.065,28	0,64%
PETROBRAS	ON	6.591.104,00	0,27%
BRASESCO	PN	5.486.349,56	0,23%
ITAUSA	PN	5.224.605,75	0,22%
UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.	UNIT	4.317.130,00	0,18%
VALE DO RIO DOCE	ON	3.381.850,00	0,14%
BANCO ITAU S/A	PN	3.086.467,20	0,13%
BRASESCO PARTICIPACOES	PN	2.590.653,00	0,11%
COMPANHIA GLOBAL DE VAREJO	ON	2.467.170,00	0,10%
GERDAU	PN	2.398.480,20	0,10%
AMBEV	PN	1.948.679,04	0,08%
BANCO DO BRASIL S/A.	ON	1.884.362,00	0,08%
EMPRESA BRASILEIRA DE AERONAUTICA S/A	ON	1.796.359,00	0,07%
LOJAS AMERICANAS	PN	1.672.488,00	0,07%
ALL AMERICA LATINA LOGISTICA	UNIT	1.598.664,00	0,07%
GAFISA	GFSA	1.464.189,00	0,06%
METALURGICA GERDAU	PN	1.411.063,50	0,06%
VIVO PARTICIPAÇÕES S.A.	PN	1.355.570,64	0,06%
CESP	PNB	1.265.268,00	0,05%
GRUPO PAO DE ACUCAR	PN	1.254.926,81	0,05%
ARACRUZ	PNB	1.234.530,00	0,05%
BRASESCO	ON	1.211.781,00	0,05%
USIMINAS	ON	1.180.029,00	0,05%
ENERGIAS DO BRASIL S.A.	ON	1.163.970,00	0,05%
CEMIG	PN	1.155.627,00	0,05%
BRASIL TELECOM	PN	1.138.694,00	0,05%
TELEMAR	ON	1.114.350,00	0,05%
USIMINAS	PNA	1.096.254,00	0,05%
CIA.GER.ELET.TIETE	PN	1.016.073,00	0,04%
CCR RODOVIÁRIAS	ON	936.936,00	0,04%
TELE CELULAR SUL	PN	863.933,55	0,04%
AMBEV	ON	741.222,15	0,03%
ELETROBRAS	PNB	718.973,64	0,03%
BRASKEM	PNA	626.409,00	0,03%
BRASIL TEL PART	ON	530.874,00	0,02%
NET SERVIÇOS DE COMUNICACAO S.A.	PN	439.981,59	0,02%
LOJAS RENNEN	ON	392.364,00	0,02%
TELEMAR	PN	354.450,00	0,01%
BRASIL TEL PART	PN	259.974,00	0,01%
PERDIGÃO	ON	255.258,00	0,01%
ELETROBRAS	ON	227.430,00	0,01%
TAM S/A	PN	167.271,00	0,01%
NATURA	ON	160.332,00	0,01%
TELE CELULAR SUL	ON	146.888,00	0,01%
TECNISA S/A	ON	130.900,00	0,01%
BR MALLS PARTICIPAÇÕES	ON	126.193,00	0,01%
CONTAX	PN	38.008,11	0,00%
CYRELA BRAZIL REALTY	ON	26.334,00	0,00%
CONTAX	ON	21.831,60	0,00%
CYRELA COMMERCIAL PROPERTIES S.A.	ON	2.646,60	0,00%
CIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ	ON	1.196,65	0,00%
Seção VII - Fundos de Investimento Imobiliários		10.036.236,55	0,41%
COINVALORES	Fundo Projeto Água Branca	7.109.737,74	0,29%
Rio Bravo Investimentos	Fundo Centro Têxtil Internacional	2.926.498,81	0,12%
Seção VIII - Imóveis		15.906.629,71	0,66%
Imóveis	Imóveis para Renda	15.906.629,71	0,66%
Seção IX - Empréstimos		62.432.115,45	2,58%
Empréstimos	Recursos concedidos	62.432.115,45	2,58%
Seção X - Outros Recursos		8.647.449,25	0,36%
Depósito Judicial + Cta. Movimento	-	7.102.260,69	0,29%
Depósito Judicial - Ambev	-	1.545.188,56	0,06%
Total dos Recursos		2.422.391.964,32	100,00%

II - Listagem dos Investimentos – Prevmiais

Seção I - Fundos de Investimento - Gestão Indireta		84.207.103,94	64,55%
Mellon DTVM S/A	Icatu Hartford Gold Eco Renda Fixa FI	21.569.912,95	16,53%
Citibank DTVM S/A	Citibank FI Renda Fixa Eco	21.562.463,96	16,53%
Banco Itaú S/A	Itaú Erix Prev. RF FI	21.558.287,79	16,53%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	UBS Pactual Inst.Dinâmico FI	5.802.454,01	4,45%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	FI Renda Fixa Pactual Capital Markets	3.878.600,41	2,97%
Votorantim Asset Management S/A	FIDC Paulista	3.375.000,00	2,59%
Mellon DTVM S/A	FIDC BMG V	2.519.175,52	1,93%
Mellon DTVM S/A	FIDC Credibel II	2.106.728,97	1,61%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	Pactual FIC FIDC Recebíveis	1.834.480,33	1,41%
Seção II - Títulos Privados sob Gestão Direta		46.113.763,92	35,35%
Banco Sofisa S/A	CDB - Pos - Selic	3.993.761,95	3,06%
Banco Cacique S/A	CDB - Pos - Selic	3.921.186,02	3,01%
Banco BBM S/A	CDB - Pos - Selic	3.896.488,77	2,99%
Banco Daycoval S/A	CDB - Pos - Selic	3.825.667,07	2,93%
Banco Fator S/A	CDB - Pos - Selic	3.163.633,09	2,43%
Banco ABC Brasil S/A	CDB - Pos - Selic	3.128.753,37	2,40%
Banco Panamericano S/A	CDB - Pos - Selic	3.125.533,40	2,40%
Banco Industrial S/A	CDB - Pos - Selic	3.085.422,77	2,37%
BIC Banco S/A	CDB - Pos - Selic	2.904.955,08	2,23%
Banco Fibra S/A	CDB - Pos - Selic	2.866.273,96	2,20%
Banco Pine S/A	CDB - Pos - Selic	2.769.080,84	2,12%
Banco IBI S/A	CDB - Pos - Selic	2.706.378,07	2,07%
Banco Bradesco S/A	CDB - Pos - Selic	2.519.505,05	1,93%
Banco Standard S/A	CDB - Pos - Selic	2.190.421,12	1,68%
Votorantim Asset Management S/A	CDB - Pos - Selic	2.016.703,36	1,55%
Seção III - Empréstimos		113.649,57	0,09%
Empréstimos	Recursos concedidos	113.649,57	0,09%
Seção IX - Outros Recursos		20.736,10	0,02%
Depósito Judicial + Cta. Movimento	-	20.736,10	0,02%
Total dos Recursos		130.455.253,53	100,00%

III - Listagem dos Investimentos – Plano B

Seção I - Fundos de Investimento - Gestão Indireta		8.935.071,19	61,59%
Banco Itaú S/A	Itaú Erix Prev. RF FI	2.806.961,73	19,35%
Mellon DTVM S/A	Icatu Hartford Gold Eco Renda Fixa FI	2.237.734,04	15,43%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	FI Renda Fixa Pactual Capital Markets	1.563.403,88	10,78%
Citibank DTVM S/A	Citibank FI Renda Fixa Eco	1.209.970,40	8,34%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	UBS Pactual Inst.Dinâmico FI Multimer.	1.117.001,14	7,70%
Seção II - Títulos Privados sob Gestão Direta		2.994.091,51	20,64%
Banco ABC S/A	CDB - Pos - Selic	1.350.767,45	9,31%
Banco IBI S/A	CDB - Pos - Selic	1.350.456,24	9,31%
Banco Industrial S/A	CDB - Pos - Selic	292.867,82	2,02%
Seção IX - Outros Recursos		2.577.843,56	17,77%
Depósito Judicial + Cta. Movimento	-	2.577.843,56	17,77%
Total dos Recursos		14.507.006,26	100,00%

IV - Listagem dos Investimentos – Plano A

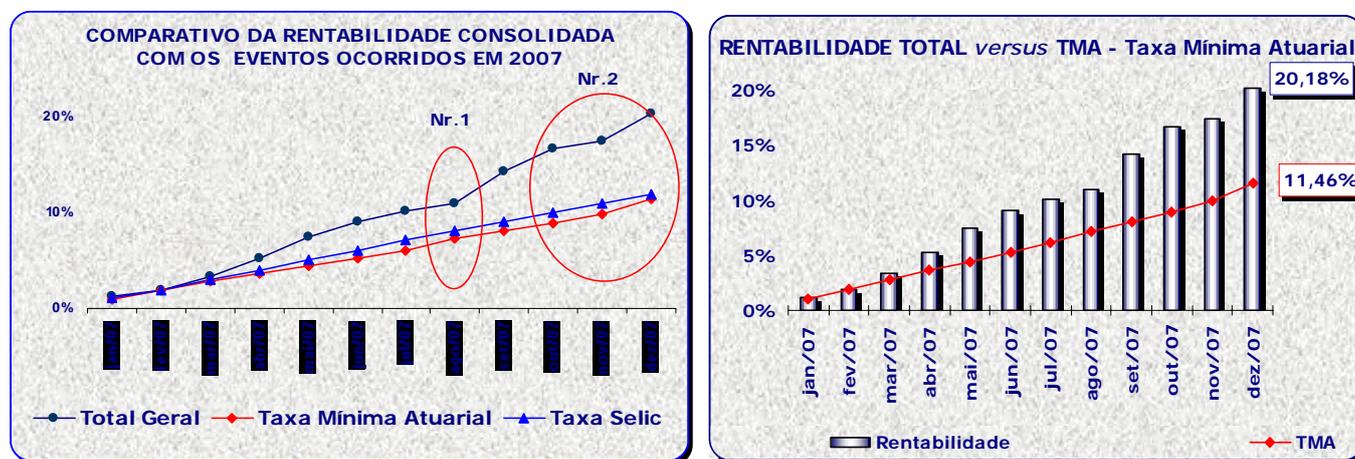
Seção I - Fundos de Investimento - Gestão Indireta		7.590.061,28	74,44%
Mellon DTVM S/A	Icatu Hartford Gold Eco Renda Fixa FI	1.902.226,32	18,66%
Banco Itaú S/A	Itaú Erix Prev. RF FI	1.870.479,09	18,34%
Citibank DTVM S/A	Citibank FI Renda Fixa Eco	1.870.150,31	18,34%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	FI Renda Fixa Pactual Capital Markets	1.154.643,43	11,32%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	UBS Pactual Inst.Dinâmico FI	792.562,13	7,77%
Seção II - Títulos Privados sob Gestão Direta		2.281.287,04	22,37%
Banco Sofisa S/A	CDB - Pos - Selic	1.353.571,62	13,28%
Banco Indusval S/A	CDB - Pos - Selic	927.715,42	9,10%
Seção IX - Outros Recursos		324.864,54	3,19%
Depósito Judicial + Cta. Movimento	-	324.864,54	3,19%
Total dos Recursos		10.196.212,86	100,00%

12 – Aferição da Rentabilidade

A rentabilidade demonstrada abaixo foi apurada por intermédio do “cálculo de quotas” e os resultados alcançados devem ser comparados com os indicadores de desempenho estabelecidos nas respectivas Políticas de Investimentos dos planos de benefícios, os quais podem ser identificados nas tabelas a

seguir elencadas. A rentabilidade indicada neste tópico compreende o desempenho dos recursos dos Planos C, B, A e Prevmais e dos programas Assistencial e Administrativo e, a contribuição destes para a *performance* do Patrimônio Consolidado.

I - Rentabilidade – Patrimônio Consolidado



Nr. 1 - Aumentos das incertezas quanto ao desfecho a crise do mercado hipotecário americano resulta em depreciação em todos os mercados.

Nr. 2 - Aportes em Renda Variável no momento de recuperação das Bolsas de Valores e resultados apresentados em decorrência de mudança de estratégia de precificação em Renda Fixa.

Patrimônio Consolidado	1º Semestre de 2007	2º Semestre de 2007	Acumulado no Ano
Rentabilidade Consolidada	8,98%	10,28%	20,18%
Rentabilidade de Renda Fixa	7,79%	9,36%	17,88%
Rentabilidade de Renda Variável	19,19%	16,94%	39,37%
Rentabilidade de Imóveis	4,30%	7,09%	11,69%
Rentabilidade de Empréstimos	6,46%	6,28%	13,15%
Varição da Taxa Mínima Atuarial	5,22%	5,93%	11,46%
Varição da Taxa SELIC	6,04%	5,51%	11,88%
Varição da Taxa do Ibovespa Médio	22,29%	17,50%	43,68%

A rentabilidade consolidada, que representa a soma dos retornos dos recursos disponíveis, obteve expressiva rentabilidade, ultrapassando com certa folga os parâmetros de desempenho utilizados para referenciar a *performance* dos investimentos. Desse modo, o desempenho obtido no 2º semestre foi de 10,28%, enquanto que a Taxa Mínima Atuarial e a Taxa Selic apresentaram, respectivamente, 5,93% e 5,51% em igual período. No acumulado do ano, o resultado foi de 20,18% frente à Taxa Mínima Atuarial de 11,46% e a Taxa Selic de 11,88%.

O segmento de renda fixa, que possui participação relevante no *portfólio*, contribuiu de forma incisiva para o resultado consolidado, superando de forma significativa a Taxa Mínima Atuarial e a Taxa Selic. Esse resultado, entre outros fatores, pode ser atribuído pela combinação de estratégias e alocações em diversas classes de ativos que otimizaram a rentabilidade, aproveitando-se das janelas de oportunidades oferecidas pelo mercado ao longo do ano, e favoreceram o cumprimento das metas estabelecidas. Um outro ponto muito positivo e que merece destaque é decorrente da elevação da inflação medida pelo IGP-M, cuja pressão altista verificada principalmente no 2º semestre impulsionou a rentabilidade por conta do montante expressivo de NTN-C (IGP-M + Juros) que o Instituto possui em carteira.

No tocante ao desempenho do segmento de renda variável, foi mais um ano em alta, o 5º ano de elevação continua nos preços dos ativos, o que favoreceu fortemente a onda de abertura de capital

(IPOs, sigla em inglês) das empresas em bolsa de valores e o ingresso de pessoas físicas em um nicho ainda pouco conhecido por boa parte dos investidores locais. Esse ímpeto só foi abrandado após o surgimento das primeiras notícias vinculadas à crise do mercado hipotecário norte americano, que inseriu na bolsa um ingrediente a mais de volatilidade, dado a preocupação dos investidores globais em identificar e avaliar os reflexos de uma possível recessão dos EUA sobre as demais economias mundiais e os seus desdobramentos no valor de mercado das empresas.

Mesmo com as incertezas sobre o desfecho da crise, o mercado, no último trimestre do ano, se posicionou nos extremos, alternando momentos de intensa preocupação e aversão ao risco com períodos de elevada confiança alegando que tudo se resolveria rapidamente, tendo em vista que os agentes econômicos assumiriam papéis importantes no sentido de prover liquidez, assim como os países emergentes assumiriam um papel de equilíbrio entre as economias globais. Diante desse cenário, a tendência de curto prazo para a bolsa ficou ao sabor da análise de cada indicador econômico divulgado ao mercado e dependente da interpretação mais favorável ou mais pessimista, conforme o caso.

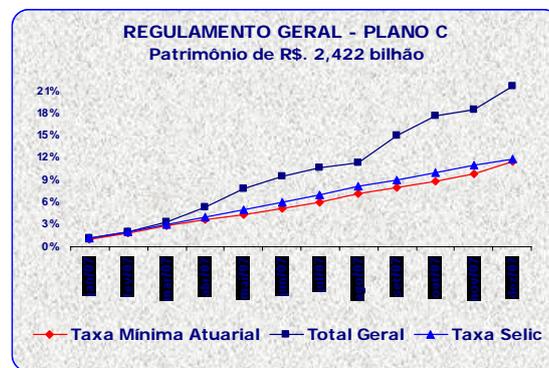
Em pese a volatilidade verificada no período, o segmento de renda variável obteve um excelente desempenho, superando largamente os indicadores de desempenho definidos para o segmento, Esse movimento pode ser atribuído principalmente à participação de empresas da carteira vinculadas aos setores de Mineração, Petróleo, Siderurgia e Consumo, que praticamente ficaram imunes a essas oscilações de curto prazo.

Quanto ao segmento de empréstimos obtivemos bom desempenho no período, superando os indicadores de desempenhos atribuídos à carteira, com baixo nível de inadimplência. Ao longo de 2007, foram implementadas medidas visando o seu crescimento, que resultaram numa variação nominal aproximadamente de 20%, sendo que tais alterações se propunham flexibilizar as regras de concessão, sem com isto perder controle e a segurança do portfólio. Foi implementada também a carteira de empréstimos do plano de benefícios Prevmais que, embora esteja em seu início, já dá sinais muito positivos para o Economus e Participantes.

No caso dos investimentos imobiliários, a melhora percebida no final de 2006 continuou sendo verificada ao longo de 2007, por conta do crescimento da atividade econômica que resultou no aumento da demanda por espaços locais. Com isto, foi possível diminuir a vacância do segmento, restando apenas um conjunto vago, assim como foi possível alienar, em setembro/2007, o prédio de São Caetano do Sul, que apresentava elevado índice de rejeição por parte de potenciais interessados na locação, visto que apresentava um layout inadequado e requeria um investimento elevado para deixá-lo em condições mais favoráveis frente à concorrência local.

Diante disso, o resultado apresentado pelo segmento foi muito satisfatório e, se posicionou em um patamar elevado quanto comparado com os resultados de anos anterior.

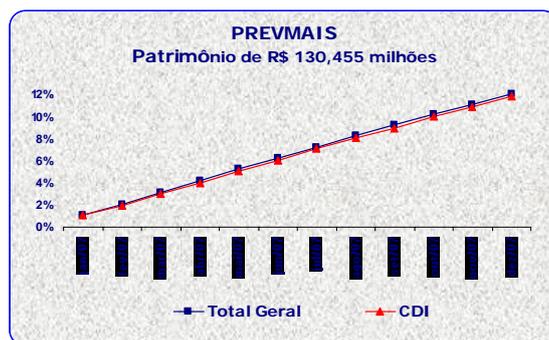
II - Rentabilidade – Plano C



Regulamento Geral - Plano C	1º Semestre de 2007	2º Semestre de 2007	Acumulado no Ano
Rentabilidade Consolidada	9,44%	11,16%	21,65%
Variação da Taxa Mínima Atuarial	5,22%	5,93%	11,46%
Variação da Taxa SELIC	6,04%	5,51%	11,88%

O conjunto de aplicações do Plano C nos segmentos de renda fixa, renda variável, empréstimos e imóveis propiciaram atingir uma rentabilidade acumulada em 2007 de 21,65% enquanto que a TMA – Taxa Mínima Atuarial registrou 11,46% e a Taxa Selic foi de 11,88%, no mesmo período.

III - Rentabilidade – PREVMAIS



Contribuição Variável - Prevmais	1º Semestre de 2007	2º Semestre de 2007	Acumulado no Ano
Rentabilidade Consolidada	6,24%	5,49%	12,07%
Variação da Taxa Mínima Atuarial	5,22%	5,93%	11,46%
Variação da Taxa CDI	6,01%	5,48%	11,82%

O resultado conquistado pelos investimentos do Prevmais, considerados como perfil conservador, ou seja, somente aplicações em títulos de renda fixa, se posicionou em patamar bastante satisfatório, superando o indicador de referência.

IV - Rentabilidade – Plano B



Regul. Complementar nr. 2 - Plano B	1º Semestre de 2007	2º Semestre de 2007	Acumulado no Ano
Rentabilidade Consolidada	6,15%	5,31%	11,79%
Variação da Taxa Mínima Atuarial	5,22%	5,93%	11,46%
Variação da Taxa SELIC	6,04%	5,51%	11,88%

Os investimentos dos recursos do Plano B superaram a Taxa Mínima Atuarial em 2007, tendo uma composição de ativos alocados no segmento de renda fixa, considerados como baixo risco de crédito.

V - Rentabilidade – Plano A



Regul. Complementar nr. 1 - Plano A	1º Semestre de 2007	2º Semestre de 2007	Acumulado no Ano
Rentabilidade Consolidada	6,18%	5,33%	11,84%
Variação da Taxa Mínima Atuarial	5,22%	5,93%	11,46%
Variação da Taxa SELIC	6,04%	5,51%	11,88%

Semelhante ao item anterior, os recursos do Plano A superaram a Taxa Mínima Atuarial, por também estarem com os recursos alocados na modalidade de renda fixa com perfil de investimento de baixo risco de crédito.

VI - Rentabilidade – Administrativo e Assistencial



Programas	1º Semestre de 2007	2º Semestre de 2007	Acumulado no Ano
Rentabilidade Programa Administrativo	6,27%	5,66%	12,28%
Rentabilidade Programa Assistencial	6,15%	5,38%	11,86%
Variação da Taxa SELIC	6,04%	5,51%	11,88%

13 – Enquadramento dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas

Para avaliar a aderência das aplicações financeiras realizadas ao longo do 2º semestre de 2007 às regras estabelecidas, extraiu-se os valores contidos no Demonstrativo de Investimentos (data base dez/2007) encaminhado à Secretaria de Previdência Complementar, onde é possível constatar, por meio das tabelas abaixo elencadas, que os investimentos dos Planos de Benefícios sob a administração do Instituto se encontram em consonância com os limites atribuídos pela Política de Investimentos vigente à época, bem como com os limites estabelecidos pela Resolução nº 3.456, de 01/06/2007, do Conselho Monetário Nacional.

I - Enquadramento dos Recursos Garantidores – Plano C

Enquadramento e Distribuição dos Investimentos Totais						
Seção I		Alocação em 31/12/2007 em %	Alocação Objetivo 31/12/2007 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Resolução 3456 - em %
Segmento de Renda Fixa	Carteira de Baixo Risco de Crédito	84,06	82,48	69,65	98,39	100,00
	Carteira de Médio e Alto Risco de Crédito	0,00	0,00	0,00	5,00	20,00
	Derivativos p/ Proteção dos Investimentos*	16,85	0,00	0,00	80,00	100,00
Total de Renda Fixa		84,06	82,48	69,65	98,39	
Seção II		Alocação em 31/12/2007 em %	Alocação Objetivo 31/12/2007 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Resolução 3456 - em %
Segmento de Renda Variável	Carteira de Ações em Mercado	12,78	13,39	0,00	14,43	35,00
	Carteira de Participações	0,04	0,47	0,00	2,55	20,00
	Carteira Outros Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00
	Derivativos p/ Proteção dos Investimentos*	5,81	0,00	0,00	100,00	100,00
Total de Renda Variável		12,82	13,86	0,00	16,97	
Seção III		Alocação em 31/12/2007 em %	Alocação Objetivo 31/12/2007 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Resolução 3456 - em %
Segmento de Imóveis	Carteira de Aluguéis e Renda	0,56	0,60	0,00	1,02	
	Carteira de Fundos Imobiliários	0,35	0,36	0,00	0,85	11,00
Total de Imóveis		0,92	0,96	0,00	1,87	
Seção IV		Alocação em 31/12/2007 em %	Alocação Objetivo 31/12/2007 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Resolução 3456 - em %
Segmento de Empréstimos	Carteira de Empréstimos à Participantes	2,21	2,70	1,61	6,51	15,00
Total de Empréstimos		2,21	2,70	1,61	6,51	
Total Geral		100,00	100,00			

II - Enquadramento dos Recursos Garantidores – Preamais

Enquadramento e Distribuição dos Investimentos do Preamais						
Seção I		Alocação em 31/12/2007 em %	Alocação Objetivo 31/12/2007 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Resolução 3456 - em %
Segmento de Renda Fixa	Carteira de Baixo Risco de Crédito	99,91	94,34	80,00	100,00	100,00
	Carteira de Médio e Alto Risco de Crédito	0,00	0,00	0,00	5,00	20,00
	Derivativos p/ Proteção dos Investimentos	25,98	0,00	0,00	100,00	100,00
Total de Renda Fixa		99,91	94,34	80,00	100,00	
Seção II		Alocação em 31/12/2007 em %	Alocação Objetivo 31/12/2007 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Resolução 3456 - em %
Segmento de Empréstimos	Carteira de Empréstimos à Participantes	0,09	5,66	0,00	15,00	15,00
Total de Empréstimos		0,09	5,66	0,00	15,00	
Total Geral		100,00	100,00			

III - Enquadramento dos Recursos Garantidores – Plano B

Enquadramento e Distribuição dos Investimentos do Plano B						
Seção I		Alocação em 31/12/2007 em %	Alocação Objetivo 31/12/2007 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Resolução 3456 - em %
Segmento de Renda Fixa	Carteira de Baixo Risco de Crédito	100,00	100,00	80,00	100,00	100,00
	Carteira de Médio e Alto Risco de Crédito	0,00	0,00	0,00	5,00	20,00
	Derivativos p/ Proteção dos Investimentos	19,42	0,00	0,00	100,00	100,00
Total de Renda Fixa		100,00	100,00	80,00	100,00	
Total Geral		100,00	100,00			

IV - Enquadramento dos Recursos Garantidores – Plano A

Enquadramento e Distribuição dos Investimentos do Plano A						
Seção I		Alocação em 31/12/2007 em %	Alocação Objetivo 31/12/2007 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Resolução 3456 - em %
Segmento de Renda Fixa	Carteira de Baixo Risco de Crédito	100,00	100,00	80,00	100,00	100,00
	Carteira de Médio e Alto Risco de Crédito	0,00	0,00	0,00	5,00	20,00
	Derivativos p/ Proteção dos Investimentos	17,51	0,00	0,00	100,00	100,00
Total de Renda Fixa		100,00	100,00	80,00	100,00	
Total Geral		100,00	100,00			

V - Enquadramento do Programa Assistencial

Enquadramento e Distribuição dos Investimentos do Assistencial						
Seção I		Alocação em 31/12/2007 em %	Alocação Objetivo 31/12/2007 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Resolução 3456 - em %
Segmento de Renda Fixa	Carteira de Baixo Risco de Crédito	100,00	100,00	80,00	100,00	100,00
	Carteira de Médio e Alto Risco de Crédito	0,00	0,00	0,00	5,00	20,00
	Derivativos p/ Proteção dos Investimentos	25,84	0,00	0,00	100,00	100,00
Total de Renda Fixa		100,00	100,00	80,00	100,00	
Total Geral		100,00	100,00			

VI - Enquadramento do Programa Administrativo

Enquadramento e Distribuição dos Investimentos do Administrativo						
Seção I		Alocação em 31/12/2007 em %	Alocação Objetivo 31/12/2007 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Resolução 3456 - em %
Segmento de Renda Fixa	Carteira de Baixo Risco de Crédito	100,00	100,00	80,00	100,00	100,00
	Carteira de Médio e Alto Risco de Crédito	0,00	0,00	0,00	5,00	20,00
	Derivativos p/ Proteção dos Investimentos	12,45	0,00	0,00	100,00	100,00
Total de Renda Fixa		100,00	100,00	80,00	100,00	
Total Geral		100,00	100,00			

14 – Critérios de Análise de Riscos

I – Risco Sistemático e Risco de Liquidez

Conforme as diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos vigente, o Instituto deverá manter o controle de riscos financeiros dentre os quais o risco sistêmico e o risco de liquidez, sendo que o Banco Central do Brasil define os riscos supra citados como:

A – Risco Sistemático

1) O risco de que a inadimplência de um participante com suas obrigações em um sistema de transferência, ou em geral nos mercados financeiros, possa fazer com que outros participantes ou instituições financeiras não sejam capazes, por sua vez, de cumprir com suas obrigações (incluindo as obrigações de liquidação em um sistema de transferência) no vencimento. Tal inadimplência pode causar problemas significativos de liquidez ou de crédito e, como resultado, poderia ameaçar a estabilidade dos mercados financeiros; 2) Risco da incapacidade de uma instituição liquidar suas obrigações no vencimento pode implicar incapacidade de as demais liquidarem, também, suas obrigações no vencimento.

B – Risco de Liquidez

Variação desfavorável de retorno devido à falta de negociabilidade de um instrumento financeiro por preços alinhados com vendas recentes. O risco de liquidez pode surgir em função do tamanho de determinada posição em relação aos volumes usuais de negociação ou da instabilidade das condições de mercado.

As alocações de recursos do Instituto são realizadas objetivando a obtenção da melhor relação entre o risco e retorno, de forma a atender as premissas estabelecidas na Política de Investimentos, desta forma, os direcionamentos dos investimentos da carteira do Instituto visam amenizar efeitos dos riscos que possam vir a ocorrer em decorrência das aquisições efetuadas.

II – Divergência Não Planejada

A Divergência não Planejada – DnP é uma medida de risco criada pela Secretaria de Previdência Complementar e foi desenvolvida com o objetivo de avaliar o desempenho dos investimentos dos Planos de Benefícios frente à evolução apresentada pela Taxa Mínima Atuarial – TMA.

O cálculo para se obter a DnP é efetuado pela diferença entre a rentabilidade apurada nos investimentos e a TMA, que no caso do Economus é INPC+ 6% aa. A interpretação do resultado se dá como satisfatório quando o valor apurado for positivo ou, no mínimo, igual a zero, o que indica que o desempenho da carteira conseguiu acompanhar ou superar a *performance* do *benchmark*. Quando o

resultado apresenta valor negativo indica que a carteira de investimento em análise não acompanhou o comportamento do seu *benchmark*.

A - Divergência Não Planejada – Regulamento Geral – Plano C

Na seqüência apresentamos a tabela da Divergência não Planejada - DnP apurada para a carteira de investimento do Plano C, a qual contempla as alocações de recursos nos segmentos de renda fixa, renda variável, imóveis e empréstimos, conforme segue:

Divergência não Planejada													
Trimestres / Segmentos/Carteiras		3T07						4T07					
		Jul-07	Acumul.	Ago-07	Acumul.	Set-07	Acumul.	Out-07	Acumul.	nov-07	Acumul.	dez-07	Acumul.
Somatório dos Recursos do Plano C	DnP	0,2455%	10,8401%	-0,3563%	9,8762%	2,4727%	12,2869%	1,6205%	13,2742%	-0,3017%	11,7888%	1,1919%	9,2004%
Segmento de Renda Fixa	DnP	0,1031%	8,6509%	0,0742%	7,8900%	1,2099%	8,7359%	0,7117%	9,1608%	0,2782%	8,9386%	1,6397%	6,9408%
Carteira de RF com baixo risco crédito	DnP	0,1031%	8,6509%	0,0742%	7,8900%	1,2099%	8,7359%	0,7117%	9,1608%	0,2782%	8,9386%	1,6397%	6,9408%
Segmento de Renda Variável	DnP	1,1587%	31,2266%	-2,7472%	30,4697%	9,8589%	45,1466%	6,5216%	46,2312%	-3,2702%	33,0322%	-0,8419%	25,0639%
Carteira de Ações em Mercado	DnP	1,1587%	31,2266%	-2,7472%	30,4697%	9,8589%	45,1466%	6,5216%	46,2312%	-3,2702%	33,0322%	-0,8419%	25,0639%
Segmento de Imóveis	DnP	0,1803%	1,0437%	0,1156%	0,6096%	1,4656%	1,8879%	0,1614%	2,2874%	0,0189%	2,3011%	-0,5034%	2,0248%
Carteira de Aluguéis e Renda	DnP	0,1844%	1,5327%	0,1065%	1,1443%	2,2023%	3,1819%	0,1137%	3,2999%	-0,0407%	3,1348%	-0,5410%	2,7471%
Carteira de Fundos Imobiliários	DnP	0,1681%	0,1955%	0,1254%	-0,3132%	0,2759%	-0,2407%	0,2337%	0,6035%	0,1107%	0,9019%	-0,4498%	0,7993%
Seg. Empréstimos & Financiamentos	DnP	0,1868%	1,6425%	-0,0919%	1,2155%	0,4440%	1,6587%	0,0957%	1,9097%	0,0362%	1,8160%	-0,3412%	1,5105%
Cart. de Empréstimos a Participantes	DnP	0,1868%	1,6425%	-0,0919%	1,2155%	0,4440%	1,6587%	0,0957%	1,9097%	0,0362%	1,8160%	-0,3412%	1,5105%

O resultado da DnP consolidada indica 9,20%, condição esta que demonstra que no período de dezembro/2006 a dezembro/2007, os segmentos eleitos contribuíram de forma positiva para resultado final, superando significativamente a TMA.

B - Divergência Não Planejada – Prevmais

Divergência não Planejada													
Trimestres / Segmentos/Carteiras		3T07						4T07					
		Jul-07	Acumul.	Ago-07	Acumul.	Set-07	Acumul.	Out-07	Acumul.	nov-07	Acumul.	dez-07	Acumul.
Somatório dos Recursos do Plano B	(S)	-0,0096%	0,4238%	-0,0475%	0,3584%	0,0704%	0,3673%	0,0155%	0,3329%	0,0234%	0,3102%	0,0602%	0,3239%
Segmento de Renda Fixa	(S)	-0,0096%	0,4238%	-0,0475%	0,3584%	0,0704%	0,3673%	0,0154%	0,3328%	-0,0066%	0,2797%	-0,0080%	0,2254%
Carteira de RF com baixo risco crédito	(S)	-0,0096%	0,4238%	-0,0475%	0,3584%	0,0704%	0,3673%	0,0154%	0,3328%	-0,0066%	0,2797%	-0,0080%	0,2254%
Seg. Empréstimos & Financiamentos	DnP							0,1160%	0,1160%	0,5861%	0,6978%	0,5500%	1,2516%
Cart. de Empréstimos a Participantes	DnP							0,1160%	0,1160%	0,5861%	0,6978%	0,5500%	1,2516%

O conjunto das aplicações efetuadas neste plano resultou em ótimo desempenho, superando o indicador de referência (CDI).

C - Divergência Não Planejada – Regulamento Complementar nº 1 – Plano B

Divergência não Planejada													
Trimestres / Segmentos/Carteiras		3T07						4T07					
		Jul-07	Acumul.	Ago-07	Acumul.	Set-07	Acumul.	Out-07	Acumul.	nov-07	Acumul.	dez-07	Acumul.
Somatório dos Recursos do Plano B	(S)	0,1159%	2,5888%	-0,2009%	1,5231%	0,1242%	1,1822%	0,1256%	1,0865%	-0,1033%	0,8542%	-0,6472%	0,2928%
Segmento de Renda Fixa	(S)	0,1159%	2,5888%	-0,2009%	1,5231%	0,1242%	1,1822%	0,1256%	1,0865%	-0,1033%	0,8542%	-0,6472%	0,2928%
Carteira de RF com baixo risco crédito	(S)	0,1159%	2,5888%	-0,2009%	1,5231%	0,1242%	1,1822%	0,1256%	1,0865%	-0,1033%	0,8542%	-0,6472%	0,2928%

A totalidade dos recursos do plano de benefícios em tela foi direcionada para o segmento de renda fixa e o desempenho obtido foi bastante satisfatório, posto que a DnP calculada apresentou-se muito superior a TMA para o período.

D - Divergência Não Planejada – Regulamento Complementar nº 2 – Plano A

Divergência não Planejada													
Trimestres / Segmentos/Carteiras		3T07						4T07					
		Jul-07	Acumul.	Ago-07	Acumul.	Set-07	Acumul.	Out-07	Acumul.	nov-07	Acumul.	dez-07	Acumul.
Somatório dos Recursos do Plano A	(S)	0,1235%	2,6298%	-0,1919%	1,5727%	0,1246%	1,2320%	0,1312%	1,1417%	-0,1055%	0,9057%	-0,6514%	0,3397%
Segmento de Renda Fixa	(S)	0,1235%	2,6298%	-0,1919%	1,5727%	0,1246%	1,2320%	0,1312%	1,1417%	-0,1055%	0,9057%	-0,6514%	0,3397%
Carteira de RF com baixo risco crédito	(S)	0,1235%	2,6298%	-0,1919%	1,5727%	0,1246%	1,2320%	0,1312%	1,1417%	-0,1055%	0,9057%	-0,6514%	0,3397%

Os recursos do Plano A estão alocados no segmento de renda fixa, sendo que o desempenho obtido superou também a TMA no período.

15 – Montante dos Investimentos com Gestão Direta e Indireta

Vale ressaltar que a apresentação dos investimentos neste item está segregada entre Gestão Direta (carteira proprietária) e Gestão Indireta (gestores contratados). Esta separação possui a intenção precípua em demonstrar o volume de recursos alocados na carteira proprietária que, por sua constituição, realiza operações visando à aquisição direta de títulos e valores mobiliários emitidos pelos emissores, enquanto que a segunda forma de gestão relaciona-se com os investimentos realizados em fundos e carteiras de investimentos administradas por terceiros.

Deste modo, apresentamos nas tabelas abaixo o montante de recursos utilizando-se do critério supra mencionado, evidenciando que o Economus busca minimizar os riscos de concentração e operacional por meio de uma política de diversificação, utilizando um modelo consistente para a abertura de limite técnico para instituições financeiras e assets independentes.

I - Regulamento Geral – Plano C

Gestores	Administradores	Veículos	Volume Financeiro	% sobre Total	% sobre Gestão Indireta
Schroder Investment Management Brasil DTVM S/A	Citibank DTVM S/A	Carteira Administrada	102.499.744,55	4,25%	23,46%
BRAM - Bradesco Asset Management S/A	BRAM - Bradesco Asset Management S/A	Bradesco FIA Dividendos	36.952.936,27	1,53%	8,46%
BRAM - Bradesco Asset Management S/A	Citibank DTVM S/A	Citibank FI Renda Fixa Eco	36.774.384,88	1,52%	8,42%
Banco Itaú S/A	Banco Itaú S/A	Itaú Erik Previdência RI FI	30.663.834,34	1,27%	7,02%
Icatu Hartford Adm.de Recursos Ltda.	Mellon DTVM S/A	Icatu Hartford Gold Eco Renda Fixa FI	30.493.387,03	1,26%	6,98%
BRAM - Bradesco Asset Management S/A	BRAM - Bradesco Asset Management S/A	Bradesco Small Caps	26.451.768,08	1,10%	6,05%
Citibank DTVM S/A	Schroder I. DTVM	Schroder Eco Plus FIA	18.809.082,74	0,78%	4,31%
Fator Adm. de Recursos S/A	Banco Fator S/A	Fator Sinergia III FIA	16.948.636,18	0,70%	3,88%
Banco Safra S/A	Banco Safra S/A	Safra Setorial Bancos - FI em Ações	15.347.540,72	0,64%	3,51%
UBS Pactual Serviços Financeiros S/A	UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	UBS Pactual Select Bolsa FI Multimercado	14.915.981,56	0,62%	3,41%
Mellon Global Inv.Brasil S/C Ltda.	Mellon DTVM S/A	Mellon Income FIA	13.136.456,95	0,54%	3,01%
Fator Adm. de Recursos S/A	Banco Fator S/A	FI Fator Extra Multimercado	11.424.451,24	0,47%	2,61%
UBS Pactual Serviços Financeiros S/A	UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	UBS Pactual Capital Markets	9.892.551,31	0,41%	2,26%
Intrag DTVM S/A	Intrag DTVM S/A	FIDC Daycoval	9.367.069,80	0,39%	2,14%
Fama Investimentos S/A	Mellon DTVM S/A	Fama Challenger FIA	8.752.109,67	0,36%	2,00%
UBS Pactual Serviços Financeiros S/A	UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	FIDC Bonsucesso	8.449.308,80	0,35%	1,93%
Integral Capitania Gest.Val.Mobiliários Lt.	Mellon DTVM S/A	FIDC BMG V	8.415.125,41	0,35%	1,93%
Oliveira Trust S/A	Oliveira Trust S/A	FIDC Omni	7.304.318,38	0,30%	1,67%
Coinvalores	Coinvalores	Fundo Projeto Água Branca	7.109.737,74	0,29%	1,63%
Intrag DTVM S/A	Banco Itaú S/A	FIDC CESP II	5.522.333,27	0,23%	1,26%
J Malucelli S/A	J Malucelli S/A	FIDC Paranã I	4.241.197,42	0,18%	0,97%
Votorantim Asset Management S/A	Votorantim Asset Management S/A	FIDC Paulista	3.000.000,00	0,14%	0,76%
UBS Pactual Serviços Financeiros S/A	UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	UBS Pactual Institucional Dinâmico	3.067.555,40	0,13%	0,70%
Integral Capitania Gest.Val.Mobiliários Lt.	Mellon DTVM S/A	FIDC Credibel II	3.022.698,09	0,13%	0,69%
Rio Bravo Investimentos	Rio Bravo Investimentos	Fundo Centro Têxtil Internacional	2.926.498,81	0,12%	0,67%
NEO Gestão de Recursos Ltda.	Intrag DTVM S/A	Capital Mezanino - Fundo Participações	1.101.034,20	0,05%	0,25%
Gestão Indireta			436.889.742,84	18,10%	100,00%
Gestão Direta			1.976.854.772,23	81,90%	
Total dos Investimentos			2.413.744.515,07	100,00%	

II - Contribuição Variável – Prevmais

Gestores	Administradores	Veículos	Volume Financeiro	% sobre Total	% sobre Gestão Externa
Banco Itaú S/A	Banco Itaú S/A	Itaú Erix Prev. RF FI	21.569.912,95	16,54%	25,62%
BRAM - Bradesco Asset Management S/A	Citibank DTVM S/A	Citibank FI Renda Fixa Eco	21.562.463,96	16,53%	25,61%
Icatu Hartford Adm.de Recursos Ltda.	Mellon DTVM S/A	Icatu Hartford Gold Eco Renda Fixa FI	21.558.287,79	16,53%	25,60%
UBS Pactual Serviços Financeiros S/A	UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	FI Renda Fixa Pactual Capital Markets	5.802.454,01	4,45%	6,89%
Votorantim Asset Management S/A	Votorantim Asset Management S/A	FIDC Paulista	3.878.600,41	2,97%	4,61%
UBS Pactual Serviços Financeiros S/A	UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	UBS Pactual Inst.Dinâmico FI Multimer.	3.375.000,00	2,59%	4,01%
Integral Capitânia Gest.Val.Mobilários Lt.	Mellon DTVM S/A	FIDC Credibel II	2.519.175,52	1,93%	2,99%
UBS Pactual Serviços Financeiros S/A	UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	Pactual FIC FIDC Recebíveis	2.106.728,97	1,62%	2,50%
Mellon DTVM S/A	Mellon DTVM S/A	FIDC BMG V	1.834.480,33	1,41%	2,18%
Gestão Indireta			84.207.103,94	64,56%	100,00%
Gestão Direta			46.227.413,49	35,44%	
Total dos Investimentos			130.434.517,43	100,00%	

III - Regulamento Complementar nº 1 – Plano B

Gestores	Administradores	Veículos	Volume Financeiro	% sobre Total	% sobre Gestão Externa
BRAM - Bradesco Asset Management S/A	Citibank DTVM S/A	Citibank FI Renda Fixa Eco	2.806.961,73	23,53%	31,42%
Banco Itaú S/A	Banco Itaú S/A	Itaú Erix Prev. RF FI	2.237.734,04	18,76%	25,04%
Icatu Hartford Adm.de Recursos Ltda.	Mellon DTVM S/A	Icatu Hartford Gold Eco Renda Fixa FI	1.563.403,88	13,11%	17,50%
UBS Pactual Serviços Financeiros S/A	UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	FI Renda Fixa Pactual Capital Markets	1.209.970,40	10,14%	13,54%
UBS Pactual Serviços Financeiros S/A	UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	UBS Pactual Inst.Dinâmico FI Multimer.	1.117.001,14	9,36%	12,50%
Gestão Indireta			8.935.071,19	74,90%	100,00%
Gestão Direta			2.994.091,51	25,10%	
Total dos Investimentos			11.929.162,70	100,00%	

IV - Regulamento Complementar nº 2 – Plano A

Gestores	Administradores	Veículos	Volume Financeiro	% sobre Total	% sobre Gestão Externa
Icatu Hartford Adm.de Recursos Ltda.	Mellon DTVM S/A	Icatu Hartford Gold Eco Renda Fixa FI	1.902.226,32	19,27%	25,06%
Banco Itaú S/A	Banco Itaú S/A	Itaú Erix Prev. RF FI	1.870.479,09	18,95%	24,64%
BRAM - Bradesco Asset Management S/A	Citibank DTVM S/A	Citibank FI Renda Fixa Eco	1.870.150,31	18,95%	24,64%
UBS Pactual Serviços Financeiros S/A	UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	FI Renda Fixa Pactual Capital Markets	1.154.643,43	11,70%	15,21%
UBS Pactual Serviços Financeiros S/A	UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	UBS Pactual Inst.Dinâmico FI Multimer.	792.562,13	8,03%	10,44%
Gestão Indireta			7.590.061,28	76,89%	100,00%
Gestão Direta			2.281.287,04	23,11%	
Total dos Investimentos			9.871.348,32	100,00%	

16 – Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Conforme o artigo 56º da Resolução nº 3.456, do CMN de 01/06/2007 e o parágrafo 5º do artigo 35º da Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, toda Entidade Fechada de Previdência Complementar deve designar um administrador estatutário tecnicamente qualificado, responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos, bem como a prestação de informações relativas à aplicação dos mesmos, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais administradores da Entidade. Deste modo, o Sr. Paulo Leite Julião foi nomeado pelo Conselho Deliberativo como Administrador Responsável do Economus Instituto de Seguridade Social. A seguir apresentamos informações cadastrais do Administrador: Nome: Paulo Leite Julião - CPF.: 956.029.098-34 - Cargo: Diretor Financeiro - Telefone: 0xx11-3464-7603 - E-mail: difin@economus.com.br

17 - Evolução da Reserva Matemática e dos Resultados a Realizar do Plano C

A reserva matemática é calculada atuarialmente, com base na avaliação dos dados cadastrais da população, com o intuito de identificar o montante financeiro necessário para a realização dos pagamentos de complementação descritos no respectivo regulamento. O valor desta reserva está subdividido ainda em "Benefícios a Conceder" e "Benefícios Concedidos".

É possível observar na tabela abaixo o registro na rubrica "Resultados a Realizar", data base dezembro/2007, no valor de R\$ 427.765.878,61 e a evolução da Reserva Matemática do plano de benefícios e os seus efeitos no equilíbrio técnico do plano.

Resultado Consolidado	Posição em 06/2007	Posição em 12/2007	Variação em %
Exigível Atuarial	2.719.345.791,23	2.825.796.781,12	3,91
Benefícios Concedidos	1.225.707.394,87	1.332.001.564,38	8,67
Benefícios a Conceder	1.720.035.406,69	1.781.760.443,54	3,59
Reserva a Constituir *	(226.397.010,33)	(287.965.226,80)	0,27
Resultados Realizados	(490.966.997,32)	(427.765.878,61)	(0,13)
Resultados a Realizar **	411.717.670,61	427.765.878,61	3,90
Equilíbrio Técnico	(79.249.326,71)	-	(100,00)

* proveniente da taxa cobrada a título de equacionamento do déficit.

** proveniente da compra dos títulos para equacionamento do déficit (ofício 2206) - Registro de 06/2006 é somente para efeitos de comparação.

É fato que o valor registrado na rubrica de “Resultados a Realizar” (R\$ 427,8 milhões - dez/07) tende a zero, pois quanto mais se aproximam os vencimentos dos títulos utilizados para o equacionamento parcial do déficit, **menor** será o ganho contábil auferido pelo extinto artigo 5º da CGPC nr. 4. De outro lado, com a devida apropriação da correção monetária e juros, bem como amortização do deságio auferido na aquisição desses títulos, a variação nominal se comporta de maneira inversa, tendo o seu valor cada vez **maior** à medida que os vencimentos se aproximam. Portanto, como efeito prático dos cálculos, o resultado financeiro (curva dos títulos) e o contábil (Resultados a Realizar) apresentam equilíbrio na medida em que o tempo decorre.

Na tabela acima é possível observar a variação do “Resultado a Realizar” no 2º semestre de 2007 e nota-se que houve um ligeiro acréscimo, pois, como temos o componente da inflação embutido no cálculo é possível verificar esse fenômeno entre um período e outro. A justificativa para essa situação circula principalmente sobre o comportamento verificado entre a “taxa do IGP-M” e a “taxa de amortização do deságio” pactuada, posto que quando a variação do IGP-M for superior a taxa de amortização, o valor do resultado a realizar sofre os efeitos e apresenta elevação, sendo o inverso verdadeiro, ou seja, quando a “taxa do IGPM” se posiciona abaixo da linha da “taxa de amortização”, o valor apresenta um decréscimo.

18 – Custos com a Administração dos Recursos – Gestão Direta e Indireta

O conceito adotado para o cálculo e distribuição das despesas da Gestão Direta (GD) e Gestão Indireta (GI) foi o de “Rateio dos Custos por Regime de Caixa”, que leva em consideração a participação de cada plano na despesa total diante de seu patrimônio, preservando a consistência dessa equação ao longo do tempo.

O mapeamento ora mencionado está demonstrado de forma gerencial e sintética por meio da apresentação das tabelas abaixo relacionadas, as quais identificam, por plano de benefícios sob a administração do Economus, o total dos valores efetivamente pagos ao longo do primeiro semestre de 2007 aos prestadores de serviços contratados.

Os custos identificados, em grande parte, visam oferecer maior segurança aos ativos financeiros e são instrumentos fundamentais para uma boa administração. Estas técnicas proporcionam a mensuração dos riscos aos quais as aplicações estão expostas, possibilitando a construção de estratégias mais seguras e consistentes, por intermédio de investimentos com características de longo prazo e baixa volatilidade.

Vale ressaltar que, no que concerne à gestão indireta, as cotas dos fundos de investimento renda fixa e de variável são divulgadas líquidas de quaisquer custos e/ou encargos financeiros, portanto, não há desembolso físico de recursos tendo em vista que tais despesas são quitadas por meio da diminuição de rentabilidade desses veículos.

Desse modo, o mapeamento a seguir exposto reflete as despesas incorridas somente com a gestão de recursos no período supracitado, todavia esses custos poderão oscilar no decorrer do ano, em virtude, por exemplo, de futuras operações junto à BM&F e/ou Bovespa que possam ser constituídas visando diminuir as exposições ao risco de mercado ou mesmo no que tange as despesas operacionais como: custódia, renovação de contratos, cartórios, ANBID e outros, posto que tais custos poderão ser

contraídos também pelos gestores contratados pelo Economus. Contudo, tais movimentações são objeto de permanente monitoramento por parte do Instituto, visando analisar a sua coerência e benefício para o portfólio de redução.

I – Custos com a Administração dos Recursos – Plano C

GESTÃO DIRETA		GESTÃO INDIRETA	
Descrição - PLANO C	2º Semestre de 2007	Descrição - PLANO C	2º Semestre de 2007
	Valores em R\$		Valores em R\$
Custódia Qualificada	91.840,80	Taxa de Administração	920.486,84
Consultoria Financeira	24.142,61	Taxa de Performance	24.236,94
Consultoria de Risco de Crédito	8.235,23	BVSP a Receber/Pagar	539,90
Consultoria de Renda Variável	12.574,05	BM&F a Receber/Pagar	6.032,36
Softwares de Controle e Acomp. dos Investimentos	102.366,53	Despesas de BM&F	7.380,42
Despesas com Corretagens	5.728,84	Despesas de Bovespa	870,34
Total dos Custos com Investimentos - 2S07	244.888,06	Despesas de Taxa de Auditoria	5.128,72
Total dos Investimentos em 31/12/2007	2.962.458.446,59	Despesas de Taxa de Fiscalização - CVM	31.119,23
% dos Custos sobre os Investimentos	0,008%	Despesas Operacionais	87.041,56
		Despesas de Taxa de Util. SELIC	2.725,17
		Despesas de Taxa de Util. CETIP	10.974,37
		Total dos Custos com Investimentos - 2S07	1.096.535,86
		Total dos Investimentos em 31/12/2007	2.962.458.446,59
		% dos Custos sobre os Investimentos	0,037%

II – Custos com a Administração dos Recursos – Prevmiais

GESTÃO DIRETA		GESTÃO INDIRETA	
Descrição - PREVMAIS	2º Semestre de 2007	Descrição - PREVMAIS	2º Semestre de 2007
	Valores em R\$		Valores em R\$
Custódia Qualificada	4.210,44	Taxa de Administração	31.112,03
Consultoria Financeira	1.086,79	BM&F a Receber/Pagar	178,65
Consultoria de Risco de Crédito	313,55	Despesas de BM&F	6,90
Softwares de Controle e Acomp. dos Investimentos	3.547,45	Despesas de Taxa de Auditoria	918,62
Total dos Custos com Investimentos - 2S07	9.158,23	Despesas de Taxa de Fiscalização - CVM	2.156,63
Total dos Investimentos em 31/12/2007	121.359.845,03	Despesas Operacionais	2.696,87
% dos Custos sobre os Investimentos	0,008%	Despesas de Taxa de Util. SELIC	496,78
		Despesas de Taxa de Util. CETIP	619,97
		Total dos Custos com Investimentos - 2S07	38.186,46
		Total dos Investimentos em 31/12/2007	121.359.845,03
		% dos Custos sobre os Investimentos	0,031%

III – Custos com a Administração dos Recursos – Plano B

GESTÃO DIRETA		GESTÃO INDIRETA	
Descrição - PLANO B	2º Semestre de 2007	Descrição - PLANO B	2º Semestre de 2007
	Valores em R\$		Valores em R\$
Custódia Qualificada	553,75	Taxa de Administração	8.643,42
Consultoria Financeira	145,67	BM&F a Receber/Pagar	61,68
Consultoria de Risco de Crédito	49,83	Despesas de BM&F	2,34
Softwares de Controle e Acomp. dos Investimentos	474,51	Despesas de Taxa de Auditoria	130,08
Total dos Custos com Investimentos - 2S07	1.223,75	Despesas de Taxa de Fiscalização - CVM	584,05
Total dos Investimentos em 31/12/2007	14.507.006,26	Despesas Operacionais	740,34
% dos Custos sobre os Investimentos	0,008%	Despesas de Taxa de Util. SELIC	131,54
		Despesas de Taxa de Util. CETIP	115,52
		Total dos Custos com Investimentos - 2S07	10.408,97
		Total dos Investimentos	14.507.006,26
		% dos Custos sobre os Investimentos	0,072%

IV – Custos com a Administração dos Recursos – Plano A

GESTÃO DIRETA		GESTÃO INDIRETA	
Descrição - PLANO A	2º Semestre de 2007	Descrição - PLANO A	2º Semestre de 2007
	Valores em R\$		Valores em R\$
Custódia Qualificada	387,06	Taxa de Administração	6.241,90
Consultoria Financeira	101,71	BM&F a Receber/Pagar	43,01
Consultoria de Risco de Crédito	34,59	Despesas de BM&F	1,88
Softwares de Controle e Acomp. dos Investimentos	331,38	Despesas de Taxa de Auditoria	93,53
Total dos Custos com Investimentos - 2S07	854,75	Despesas de Taxa de Fiscalização - CVM	416,52
Total dos Investimentos em 31/12/2007	10.196.212,86	Despesas Operacionais	590,52
% dos Custos sobre os Investimentos	0,008%	Despesas de Taxa de Util. SELIC	95,32
		Despesas de Taxa de Util. CETIP	85,26
		Total dos Custos com Investimentos - 2S07	7.567,74
		Total dos Investimentos em 31/12/2007	10.196.212,86
		% dos Custos sobre os Investimentos	0,074%